

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem

**As Formas Nominais Referenciais e suas
funções na progressão textual**

Maria Angélica de Oliveira Penna

Dissertação apresentada à Coordenação
do Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Estadual
de Campinas como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Linguística, sob a orientação da prof^a
dr^a Ingedore Grunfeld Villaça Koch

Campinas-2006



Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Estudos da Linguagem

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por María Angélica
de Oliveira Penna

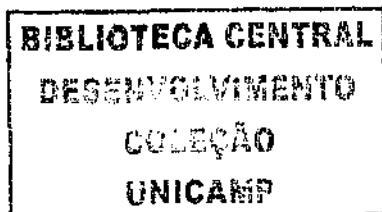
Banca Examinadora

e aprovada pela Comissão Julgadora em
20/04/2006.

Federica G. Koch

1. Profa. Dra. Ingedore Grunfeld V. Koch (IEL – UNICAMP - orientadora)
2. Professora Dra. Graziela Zamponi (Faenquil - Lorena)
3. Professora Dra. Vanda Maria S. Elias (PUC – São Paulo)
4. Professora Dra. Edwiges Maria Morato (IEL – UNICAMP)

Dissertação aprovada em fevereiro de 2006



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

P381f	<p>Penna, Maria Angélica de Oliveira. As Formas nominais referenciais e suas funções na progressão textual / Maria Angélica de Oliveira Penna. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.</p> <p>Orientador : Ingedore Grunfeld Villaça Koch. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Interação. 2. Sentido (Lingüística). 3. Opinião (Jornal). 4. Referencia (Lingüística). I. Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

Título em inglês: The referential nominal forms and their function in textual progression.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Interaction; Sense (Linguistic); Opinative (Texts); Reference (Linguistics).

Área de concentração: Lingüística textual.

Titulação: Mestrado.

Banca examinadora: Prof^ª Dr^ª Graziela Zamponi, Prof^ª Dr^ª Vanda Maria S. Elias e Prof^ª Dr^ª Edwiges Maria Morato (Suplente).

Data da defesa: 22/02/2006.

UNIDADE BP
Nº CHAMADA T/UNICAMP
Y 23 2 2
V _____ EX _____
TOMBO BCI 68720
PROC 16-P.00123-06
C _____ R _____
PREÇO 11.00
DATA 01/06/06
Nº CPD _____

Bib ID. 383681

A **Cleber**, meu marido; meu amigo;
meu companheiro

A minhas filhas **Aline, Natália e
Isadora**

A meus pais, **José e Aparecida**

68720007

Agradeço

A Deus.

A Ingedore, minha orientadora, por sua grandeza e generosidade. Por ter confiado em mim; por ter respeitado minhas escolhas; por me receber sempre com abraço, sorriso e paciência de mãe. Por ter o sorriso que tem. Enfim, por ser quem é.

A meus pais, porque, mesmo sem entender muito bem o motivo de minhas “aventuras”, sempre me apoiaram.

A Cleber, por ter sempre me incentivado e, ainda que contrariado com minhas ausências, por ter sabido compreendê-las e por ter sido carinhoso e motivador quando assim precisei que o fosse.

A minhas filhas Aline, Natália e Isadora, também por terem compreendido e colaborado sempre que não pude dar-lhes a atenção devida. Também por terem cedido o computador sempre que solicitei.

À minha irmã Sandra e meus sobrinhos André, Carminha, Francisquinho, Caio, Tuca, Mary e Douglas , que sempre torceram por mim.

À minha amiga-irmã Mônica, por ter um ombro tão grande e por todas as dicas, leituras; enfim, por toda a sua disposição e carinho.

Aos professores Wanderley Geraldi e Anna Bentes, pela leitura e valiosas sugestões, por ocasião da qualificação.

Às professoras Graziela Zamponi, Vanda Elias e Edwiges Morato, por aceitarem nosso convite para comporem a banca de defesa.

Ao professor Angel, por ter sido sempre um amigo e um grande incentivador.

Aos professores da pós, com quem tive a oportunidade de conviver e aprender.

Aos amigos Raynice, Valéria, Ilda, Jorge, Marcos, Angélica, Mariana e Rosimar.

A Edson, pela amizade, pelo apoio e prontidão.

A Ima , Sônia e Nilcéia, também pela amizade, pela prontidão e pela torcida.

A meus alunos, por serem a inspiração para as minhas buscas.

A meus amigos de Araras.

Aos funcionários do IEL.

À CAPES, pelo suporte financeiro.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a função das formas nominais referenciais para a manutenção do tópico discursivo e, portanto, para a progressão textual. Toma como pressuposto básico a referenciação como “atividade discursiva” (Koch e Marcuschi) interativa e defende a tese de que, *se a manutenção em estado conceptual ativo, de um dado objeto introduzido no texto, é a maior responsável pela manutenção tópica, as formas nominais referenciais terão, aí, papel privilegiado, uma vez que são grandes representantes das escolhas a que os usuários procedem por ocasião da construção de “objetos-de-discurso” (Mondada & Dubois, 1993) e conseqüente progressão de um dado texto.*

Serão analisadas neste estudo, portanto, algumas estratégias discursivas das quais os usuários lançam mão para cumprirem seus projetos de dizer.

Desse modo, serão analisados alguns processos remissivos, quer sejam correferenciais, quer se realizem por associação ou inferenciação [portanto, de alguma forma ancorados ou no cotexto ou no contexto sociocognitivo] e também processos de categorização e recategorização de referentes que estejam ancorados apenas no conhecimento partilhado pelos interlocutores.

As hipóteses que se levantam aqui encontram respaldo teórico na teoria sociocognitivista da linguagem para a qual o conhecimento partilhado pelos co-enunciadores é fundamental para a construção dos sentidos, uma vez que estes são construídos colaborativamente, pois resultam de uma inserção sócio-histórico-cultural dos interlocutores.

Para a análise, foram escolhidos artigos de opinião do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja. A escolha por artigos opinativos se deu por pretendermos focar textos de maior teor argumentativo.

Este trabalho conta com o financiamento da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Palavras-Chave. *Referenciação; sociocognitivism; interação; objetos-de-discurso; progressão textual*

ABSTRACT

This work aims to discuss the function of referential nominal forms in the maintenance of the discursive topic, and by consequence, of the textual progression.

It considers referentiation as an interactive discursive activity and defends the thesis that *if the maintenance of an object introduced in the text in an active conceptual situation is most responsible by the topic maintenance, referential nominal forms will represent a very important role, since they are representatives of the language users' choices to construct "discourse objects" (Mondada & Dubois, 1993) and contribute to textual progression.*

In this work, we reflect on some discursive strategies which are used by the speakers/hearers in order to accomplish their "project of saying".

In this way, we analyze some remissive processes, i.e. correferential or those accomplished by association or inferenciation, and also categorization and recategorization processes of referents which are anchored only in the knowledge shared by the interlocutors. These are the main points discussed here.

The hypotheses presented here are based on the socio-cognitive theory of language, which postulates that the knowledge shared by the co-enunciators is fundamental for the production of meaning (sense), since they are collaboratively constructed as a result of socio – historical and cultural insertion of the interlocutors.

Our corpus consists of 'opinative' articles extracted from the newspaper *Folha de São Paulo* and from the magazine *Veja*. This choice was motivated by our interest in focusing texts with major argumentative content.

This work was supported by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Key- words. *Referentiation; sociocognitivism; interaction; discourse objects*

ÍNDICE

Introdução.....	6
CAPÍTULO 1 - Considerações sobre a evolução das pesquisas sobre o processamento textual	15
1.1. Da inserção da Lingüística Textual em uma linha sociocognitivo-interacionista	15
1.2 Aspectos sociocognitivos do processamento textual	22
1.3. Implicações do deslizamento da noção de referência para a noção de referenciação	32
CAPÍTULO 2 – As formas nominais referenciais e a progressão textual.....	40
2.1 Progressão referencial e manutenção tópica: construção colaborativa de objetos-de-discurso	40
2.2. As estratégias	52
2.2.1. As anáforas diretas	53
2.2.2. As anáforas indiretas.....	57
2. 2.2.1. (Re)categorizações.....	59
2.2.2.1.1. Hiponímia /Hiperonímia.....	59
2.2.2.1.2. Recategorização radical.....	61
2.2.2.1.3. Rotulações	67
2.2.2.2. As anáforas associativas	69
Conclusão.....	72
Referências Bibliográficas:	77

Uma lata existe para conter algo
Mas quando o poeta diz: "Lata"
Pode estar querendo dizer o incontível

Uma meta existe para ser um alvo
Mas quando o poeta diz: "Meta"
Pode estar querendo dizer o inatingível

Por isso, não se meta a exigir do poeta
Que determine o conteúdo em sua lata
Na lata do poeta tudonada cabe
Pois ao poeta cabe fazer
Com que na lata venha caber
O incabível

Deixe a meta do poeta, não discuta
Deixe a sua meta fora da disputa
Meta dentro e fora, lata absoluta
Deixe-a simplesmente metáfora
(Gilberto Gil – Metáfora)

*Para os homens, o mundo é sempre um
mundo “como”*

(Shalin, apud Benites et al)

Introdução

Estudar a língua é estudar a atividade humana *com* e *sobre* a linguagem e a atividade desta sobre a constituição dos sujeitos, o que faz desse estudo algo complexo e problemático, visto que não se pode proceder a essa pesquisa senão em situações de uso efetivo e, sendo verdade que esse uso varia com o contexto sócio-econômico-cultural e, portanto, sócio-cognitivo, temos aí um objeto de difícil delimitação.

Uso efetivo envolve interlocução que, por sua vez, remete a *interação* e é este o campo que, apesar da complexidade, acreditamos ser o mais produtivo para o estudo da língua. Ao interagirem, os sujeitos, a partir de entidades não estáveis, constroem sentidos – atividade esta a que Koch e Marcuschi (1999), em consonância com MONDADA (1994), chamam *referenciação*. Esses autores partem do pressuposto que a referenciação é *uma atividade discursiva, que implica uma visão não referencial da língua e da linguagem*. Ou seja, as palavras não espelham o mundo tal como ele é, pois são instáveis e passíveis de construção de novos sentidos a cada vez que são ativadas.

É importante ressaltar que a relação especular entre as palavras e as coisas é trazida de alguns segmentos da Filosofia da Linguagem, de onde a teoria lingüística importou a noção de *referente* – noção altamente produtiva para os estudos do texto, uma vez que a recursividade [fenômeno que mantém o referente em estado *ativo*] é um dos fatores mais importantes [senão o mais importante] para o estudo da progressão textual.

A evolução dos estudos do texto foi deixando claro que essa noção de referência como imagem especular do mundo não se aplicava a alguns tipos de estratégias referenciais, como, por exemplo, alguns tipos de anáforas que remetem a um enunciado inteiro - retomado por uma nomeação - ou quando a expressão referencial sofre recategorização e essa recategorização é possível porque a nova expressão guarda traços do referente passíveis de serem recuperados com base no conhecimento de mundo dos interlocutores.

Desse modo, enquanto a Filosofia da Linguagem [assim como a Semântica Formal] fala em *referência*, a Lingüística Textual, a partir dos anos 90, pensa que seria mais produtivo falar em *referenciação*, quando trata de remissão e introdução de referentes, pois todo o estudo sobre os processos não correferenciais e recategorizadores evidencia uma espécie de *ação* de referenciar, para que, com o apelo ao conhecimento do interlocutor, se construam *objetos-de-discurso*¹. Portanto, para o que acreditamos, com base em pesquisas que permeiam este trabalho, não faz sentido falar em objetos preexistentes ao discurso, uma vez que, para que se nomeie algo, é necessário que intervenha, nessa ação de nomear, o ponto-de-vista de quem nomeia, sua inserção histórica, suas crenças e opiniões – o que nos leva a defender que esse ato de nomear [ou de categorizar] se dê *no e pelo* discurso.

O presente trabalho toma a *referenciação* como seu objeto de estudo. Mais precisamente o papel das formas nominais referenciais na construção do objeto-do-discurso e portanto, na progressão textual.

Pretendemos demonstrar que a manutenção tópica não se dá necessariamente por um encadeamento linear de elementos, pois as formas nominais referenciais são responsáveis pela orientação argumentativa do texto por:

- 1) evidenciar uma certa apreciação por parte do autor do texto;
- 2) inserir autor e leitor/ouvinte numa mesma moldura comunicativa [por ativarem conhecimentos partilhados];
- 3) confirmar ou frustrar expectativas do leitor/ouvinte, e
- 4) em conseqüência de tudo isso, construir objetos-de-discurso resultantes de uma negociação entre co-enunciadores.

¹ Por objetos-de-discurso, entenda-se “objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (Mondada, 1994, 1995 a, 1995d)

“A linguagem não traz os objetos do mundo para dentro do discurso e sim trata esses objetos de diversas maneiras, a fim de atender a diversos propósitos comunicativos: passa-se a falar, então em objetos-de-discurso” (Koch & Cunha Lima, 2004)

Isso nos leva à conclusão de que nem sempre as remissões são um simples processo de reativação de referentes prévios, como quer a noção clássica de anáfora, e que, muitas vezes, algumas formas reúnem mais que uma função [são formas que nos permitem localizar o referente no discurso e ao mesmo tempo atribuir-lhe uma apreciação; formas capazes de especificar o referente ou ainda, formas que retomam partes constitutivas desse referente – como acontece com as anáforas associativas].

Para Marcuschi (2001),

Na sua essência, a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de *clonagem referencial*.
[grifo do autor]

Por esse motivo, ao falarmos em *formas nominais referenciais*, estaremos abordando não só as anáforas diretas [correferenciais], mas também as chamadas anáforas indiretas, pois a atividade discursiva de referenciação inclui entidades tanto do cotexto como do *contexto* sociocognitivo. Portanto, as *formas nominais referenciais* englobam anáforas, catáforas, exóforas e recategorizações, assim como também englobam as atividades que envolvem um afastamento do autor frente ao discurso: processos de esclarecimento, explicitação, desambigüização - processos *metadiscursivos* (Morato e Koch, 2004) - altamente relevantes para a progressão textual.

Este trabalho tem, portanto, o objetivo de colaborar com as pesquisas voltadas para o texto e acreditamos ser este o melhor terreno para um estudo satisfatório da língua – uma vez que não há língua fora de um contexto enunciativo – o que justifica sua relevância tanto para o meio acadêmico como para a comunidade em geral.

Os estudos sobre os textos vêm conquistando, nas últimas décadas, um espaço considerável, senão primordial no que se refere a pesquisas sobre língua. Segundo Koch (2004, p XII),

[...] A Linguística Textual entrou numa fase de consolidação de tal forma espetacular que questões sobre a justificação de sua existência estariam

tão fora de propósito , como por exemplo, questões sobre a pertinência da Semântica, da Fonologia e da Sintaxe [...]"

As palavras de Koch (op.cit) justificam nosso interesse por esta pesquisa.

Tal interesse se dá sobretudo com relação a processos de ensino e conseqüente avaliação de textos, onde a coesão , a coerência, a informatividade, a situacionalidade, a intertextualidade, a intencionabilidade e a aceitabilidade ['padrões de textualidade' propostos por Beaugrand & Dressler, (1981)] ainda têm sido avaliadas como meras propriedades do texto e não como um processo global de construção de objetos-de-discurso; de construção e transmissão do conhecimento, ou melhor, "um conjunto de condições que orienta cognitivamente a produção de um evento interacionalmente comunicativo" (Koch, ibidem, p.170). Textos de aprendizes ainda têm sido avaliados como "textos" ou "não-textos", conforme preenchem ou não os 'padrões de textualidade' e isso acaba resultando em produções que seguem receitas técnicas e por isso, pobres.

Nossa hipótese é a de que, uma vez introduzido no discurso o objeto temático, este se mantém, de alguma forma, ativo e é colaborativamente perfilado, graças a estratégias referenciais. Dentre essas estratégias, as formas nominais referenciais ocupam espaço privilegiado, por serem os melhores representantes das escolhas que os falantes operam para a realização de seus projetos de dizer. Acreditamos poder afirmar que tais formas possuem a função de manter um objeto, introduzido no discurso, em estado conceptual *ativo* ou *acessível* (Chafe, 1987)²,

² Koch & Cavaicante (2005), em texto ainda não publicado, apresentam ressalvas para a hipótese de acessibilidade de Chafe (1987), pois tal hipótese parece tratar apenas de anáforas correferenciais e deixar de fora o tratamento das unidades que podem ser *inferidas* do contexto , para as quais há vários modos possíveis de realização. Ao que parece, no entanto, como as próprias autoras reconhecem, ainda não há um modelo que dê conta das várias possibilidades de realização anafórica, principalmente se assumimos o princípio sociocognitivista de que as palavras não são imagens especulares das coisas do mundo; que a realização de uma palavra está condicionada às avaliações de quem a usa e a seus propósitos comunicativos.

Entendemos, portanto, que apesar de simplificado, tal modelo poderá ser usado aqui , se bem entendido que *não estamos falando apenas de anáforas correferenciais; não estamos propondo uma visão "engessada" do tratamento da linguagem [no que diz respeito à correlação entre status informacional e formas de manifestação lingüística]*. Nossa proposta, ao usar a hipótese de Chafe, é apenas tornar "visíveis" [uma vez que estamos tratando de *imagens mentais de referentes*], as operações que se dão numa produção ["co-produção"] discursiva.

possibilitando assim, através da progressão referencial, a manutenção do tópico discursivo e a conseqüente progressão textual.

Este texto utiliza como aparato teórico as pesquisas de Koch (1997-2004) , Marcuschi (1998-2004), Morato (2001,2004), Cavalcante (2000- 2003), Mondada & Dubois (1995), Apothéloz (1995), Conte (1980), Schwarz (2000), Van Dijk (1992) dentre outros .Está inserido numa visão sociocognitivista da linguagem e considera o discurso o lugar no qual emergem sentidos que se constroem através de uma ação colaborativa entre os sujeitos.

Insistimos que é preciso entender essa emergência dos sentidos como um deslizamento da noção de referência – que implicaria uma visão especular entre língua e mundo – para a noção de *referenciação* – que implica remissão a entidades construídas no discurso e pelo discurso de acordo com os pressupostos compartilhados pelos participantes da comunicação e com outros fatores contextuais (Cavalcante, 2003).

Assim, os pressupostos teóricos que sustentarão esta pesquisa serão:

- A atividade de referenciação é uma atividade discursiva (Koch,1999a e b; Marchuschi & Koch 1998a; Koch & Marchuschi,1998b; Marchuschi,1998), que resulta de um processo interativo, ou seja, o processo de referenciação não concebe palavras como rótulos de entidades pré-existentes no mundo, mas constrói entidades (objetos) que passam a existir através da negociação do sentido, que se dá na interação entre autor e leitor/ouvinte (atores sociais).
- O processamento³ do discurso é estratégico: o autor deixa pistas no texto, orienta sua argumentação, repete, rotula ,

³ Por *processamento* entenda-se “as atividades mentais envolvidas na produção e compreensão da linguagem” (Trask, 2004) – seriam as atividades mentais complexas com as quais operamos para produzir e compreender enunciados.

É importante ressaltar que tais atividades, para o sociocognitvismo, são atividades *interativas*, isto é, o sociocognitvismo vê o processamento lingüístico como “altamente situado e sensível ao contexto sócio-histórico, bem como à situação imediata em que os eventos verbais acontecem” como defendem Koch & Cunha Lima (2004,p.255)

explica, especifica . O leitor, por sua vez, leva para o texto suas expectativas que podem, ou não, se confirmar, considerando as pistas encontradas.

- “interpretar é inserir-se numa moldura e exercer um papel comunicativo. Portanto, interpretar é representar no sentido dramático do termo pois, necessariamente, fazer sentido é uma operação social para alguém e implica assumir uma determinada perspectiva sobre uma cena, mutável no decorrer da encenação.” (Salomão, 1999)
- “Entendida como atividade constitutiva do conhecimento humano, a linguagem não é apenas estruturada pelas circunstâncias e referências do mundo social; é ao mesmo tempo estruturante de nosso conhecimento e extensão (simbólica) de nossa ação sobre o mundo. Ou seja, podemos dizer da linguagem que ela é uma ação humana (ela predica, interpreta, representa, influencia, modifica, configura, contingencia, transforma, etc)[...]” (Morato, 2004)

Na busca pela comprovação de nossa hipótese utilizamos textos reais extraídos de jornais e revistas, mais especificamente, artigos de opinião do jornal *Folha de São Paulo* e revista *Veja* .

A escolha pelos veículos *Folha de São Paulo* e revista *Veja*, deu-se em função de tratarem-se de mídias grande circulação no país, o que facilita a localização dos artigos, e de terem sido os suportes onde encontramos exemplos que melhor ilustravam as estratégias com as quais pretendíamos trabalhar. Não nos preocupamos com datas, embora os textos insiram-se nos períodos de 2004 e 2005.

Os textos foram selecionados em função do tipo de discurso que veiculam [a que chamamos *discurso indignado*]. Nesse tipo de discurso, as marcas avaliativas são mais evidentes e, portanto, o trabalho do autor torna-se bem mais claro para o leitor. Sabemos que nem sempre as marcas são tão claras e que alguns textos exigem, mais que outros, um certo esforço para que se reconheça o envolvimento do autor. Há textos que simulam objetividade [como acontece com textos acadêmicos e editoriais, por exemplo]; nestes, as estratégias são utilizadas com o objetivo de construir um ponto de vista neutro. As recategorizações por rotulação,

por exemplo, em textos acadêmicos e editoriais de jornais, conforme constatou Cavalcante (2002), apresentam-se, em sua maioria, como meros encapsuladores de conteúdos e contrariam, segundo essa autora, a tese de Conte (1996) de que os rótulos exercem função principalmente argumentativa e que conduzem o leitor à interpretação desejada pelo autor. Entendemos, no entanto, que mesmo quando o rótulo é apenas sumário, ele é resultado de uma escolha do produtor para obter um efeito de objetividade e, desta forma, conduzir o leitor à interpretação pretendida.⁴

Este trabalho está dividido em três capítulos: o capítulo 1 traça algumas considerações sobre a evolução das pesquisas sobre o processamento dos textos. Esse capítulo coloca em foco nossa escolha epistemológica e, de certo modo, a justifica. Está dividido em três sub-itens:

O item (1.1) fala sobre a inserção da LT em uma linha sociocognitivo-interacionista. O que pretendemos com esse tópico não é traçar um percurso histórico minucioso da LT, mas sim evidenciar como uma teoria que nasceu com propósitos estruturalistas, ao buscar pela compreensão do fenômeno do processamento textual, abriu-se ao diálogo com outras disciplinas e deixou de perguntar “*o que* faz de um texto, um texto” para questionar “*como* se processam cognitivamente os textos”. Essa evolução de “*o que*” para “*como*” é o que insere a LT em uma teoria interacionista, pois se sai dos critérios exclusivamente lingüísticos para se entender como *os sujeitos* interagem na construção dos sentidos de um texto.

Os dois outros sub-itens são desdobramentos do anterior: o item (1.2) mostra como se dá o processamento dos textos com base nos modelos cognitivos e explica como a teoria sociocognitivista da linguagem lança mão destes modelos

⁴ Koch (texto não publicado) fala em escala de argumentatividade : “É possível, portanto, falar numa escala de argumentatividade, ao longo da qual os rótulos podem ser situados, desde aqueles aparentemente neutros, ou seja, em que o produtor **opta** por apresentar seu discurso como neutro, ‘afivelando a máscara da neutralidade’, até aqueles dotados de elevada carga argumentativa.” [grifos da autora]

para explicar a construção da coerência nos textos através dos conhecimentos partilhados pelos co-enunciadores.

Já (1.3), ao abordar as implicações do deslizamento da noção de referência para a de *referenciação*, completa o percurso que insere o leitor no universo epistemológico em que situamos nossa tese.

O capítulo 2, dedica-se à comprovação de nossa tese e comporta duas seções: na primeira, tentamos traçar uma “moldura” [já que defendemos que a coerência dos discursos depende de os interlocutores pertencerem a uma moldura comunicativa] na qual apelamos para o conhecimento do interlocutor sobre a organização dos discursos; a segunda refere-se às estratégias de construção dos objetos-de-discurso e subdivide-se em dois sub-itens que abordam as estratégias propriamente ditas: as anáforas diretas (2.2.1), e as anáforas indiretas (2.2.2), sendo que, das anáforas indiretas, tratamos de alguns tipos de recategorizações (2.2.2.1): as rotulações (2.2.2.1.1); processos de hiponímia/hiperonímia (2.2.2.1.2) recategorização radical (2.2.2.1.3) e, ainda no quadro das anáforas indiretas, tratamos das anáforas associativas (2.2.2.2) .

Tais estratégias são evidenciadas nos próprios textos, não havendo aqui, nenhuma intenção classificatória. Também não há a intenção de enumerar, subdividir ou esgotar os tipos de estratégias referenciadoras tratadas na literatura lingüística, pois este não é o objetivo de nosso trabalho e poderia desviar a atenção do leitor de seu recorte temático . Tratamos aqui de *Formas Nominais*, da função que estas exercem na progressão textual e decorrente manutenção temática. As estratégias referenciadoras são tratadas conforme aparecem nos textos selecionados.

Para que se cumpra um projeto de dizer, muitas vezes, são necessárias várias formas de operação com um mesmo objeto-de-discurso, o que faz com que encontremos, em um único texto, várias estratégias referenciadoras. Por esse motivo, no corpus de análise, alguns textos serão retomados várias vezes. Esse fato, unido à necessidade metodológica de trabalhar com textos inteiros são as justificativas para o *corpus* reduzido.

Por fim, apresentamos uma conclusão onde reafirmamos nossa tese e onde propomos, a partir do que foi pesquisado, uma outra perspectiva com relação, especialmente, ao trabalho com textos de aprendizes, pois pensamos que estes devam ser trabalhados sob a perspectiva do estilo [já que falantes procedem a escolhas] e sob a perspectiva da construção global do objeto temático introduzido no texto e não apenas por questões pontuais como coesão e coerência locais.

CAPÍTULO 1 - Considerações sobre a evolução das pesquisas sobre o processamento textual

“[...] Aqui em Campinas, por exemplo, há pessoas que falam ‘casa *de* Aurélia, ‘o livro *de* Pedro’, ‘o aniversário *de* Margarida’... quando ouço esse *de* já sei que se trata de pessoa ligada à nobreza dos grandes barões do café. E me cubro de cerimônias por me sentir na sala de visitas de um casarão colonial... É nesse insignificante *de* que se encontra a revelação [...]” (Rubem Alves, *Na morada das palavras*)

1.1. Da inserção da Lingüística Textual em uma linha sociocognitivo-interacionista

A Lingüística Textual (LT), que tem seu berço na Alemanha na segunda metade dos anos 60, nasceu de uma necessidade, presente no contexto europeu da época, de se ultrapassar os limites da frase para se entender o funcionamento de alguns mecanismos que relacionavam enunciados, tal como o funcionamento dos pronomes; a definitude e indefinitude (dado/novo); a correspondência entre tempos verbais; a articulação tema-remata.

Sendo assim, o trabalho que se pretendia para entender os textos, possuía ainda caráter estruturalista e estava estritamente calcado em mecanismos lingüísticos.

Em 1976, Halliday & Hasan, inauguraram, com o estudo intitulado *Cohesion in English*, as reflexões sobre a propriedade de “*cohere*” - que tanto englobava a *coerência* como a *coesão* textuais. Para esses autores, a textualidade seria a principal qualidade de um texto e essa textualidade seria dada pela *coesão*, que englobaria tanto aspectos estruturais como conceptuais.

Os estudos sobre a coerência textual garantiram o lugar da Semântica na interpretação dos textos – partiu-se para os estudos das relações semânticas como, por exemplo, estudo das *meta-tematizações* (agrupamentos

metalingüísticos) e das conexões semânticas em enunciados justapostos. Desses estudos nasceram as primeiras *gramáticas de texto* – postulou-se que se poderia estruturar gramáticas que tivessem o texto como o signo mais alto⁵. Essa tentativa, no entanto, viu-se frustrada diante da diversidade de textos que circulam e diante da mutabilidade estrutural a que estão submetidos. Sendo assim, apenas Sintaxe e Semântica não deram conta de responder à pergunta que, então, se fazia: “O que faz do texto, um texto?”.

Tornou-se necessário, em dado momento, buscar respostas *fora* do texto, mesmo porque, alguns mecanismos, como a *déixis*, exigiam explicações, às quais apenas a superfície textual não dava conta de responder. Foi quando a LT passou a *dialogar* com outras teorias, especialmente com a Filosofia da Linguagem. A partir daí, a *Pragmática* (1978) conquistou seu espaço nas teorias do texto. Passou-se então, a estudar a *linguagem em uso* e o recurso à *situação comunicativa* ganhou status especial nos estudos da LT.

Da Filosofia da Linguagem, a LT obteve a contribuição da *teoria dos atos de fala*. Inicia-se, nessa *virada pragmática* [para usar a expressão de Koch, 2004], o grande passo para o avanço em que se encontram hoje as teorias sobre o texto. O conceito básico da teoria Pragmática é o de *intenção* – a busca pelo sentido precisa levar em conta a intenção do falante/escrevente. Esse conceito, entretanto, parece defender que os textos sejam transparentes e, o fato de as produções textuais deixarem lacunas que escapam ao controle no próprio produtor, conduz os estudos na direção de que os textos seriam construídos na interação entre produtor e leitor/ouvinte.

É o momento de o cognitivismo ocupar seu espaço na agenda dos estudos do texto. Trata-se da abordagem procedural, que defende, segundo Koch (op.cit) que os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social e que já trazem para a situação

⁵ Tais gramáticas, segundo Koch (2004) surgiram a partir da idéia de que o texto seria simplesmente a unidade Lingüística mais alta, superior à sentença. Seriam gramáticas análogas às gramáticas da frase.

comunicativa certas expectativas que os fazem ativar conhecimentos e experiências por ocasião da compreensão de textos. E, como todo fazer pressupõe processos de ordem cognitiva e necessita de operações com modelos mentais, a pergunta que se faz agora é:

-Como se processa cognitivamente um texto? O que é necessário para que se processe cognitivamente um texto?

A partir de Beugrande & Dresler (1981), desloca-se a noção de coerência – a coerência não está nos textos, mas é uma construção do usuário a partir de conhecimentos prévios.

Para Charolles (1981), a coerência passa a ser vista não mais como uma simples propriedade do texto, mas como um princípio de interpretabilidade.

Van Dijk & Kintsch (1983) inauguram a nova fase com a obra *Strategies of Discourse Comprehension*. Este é um grande momento para a Lingüística Textual, pois se sai verdadeiramente dos critérios exclusivamente lingüísticos para se discutir como é que se *constroem* os textos. É um momento de grande produção, como afirma Koch (2004):

Na Europa, vieram a público diversas coletâneas sobre o tema (Charolles, Petöfi & Sözer, 1983; Neubauer, 1983; Petöfi, 1986; Sözer, 1985; Conte, Petöfi & Sözer, 1989, entre várias outras), além de artigos e obras individuais. Também no Brasil, as pesquisas sobre a coesão e a coerência textuais passaram a ser objeto de uma série de obras sobre o assunto. Podem-se mencionar, entre muitos outros, os trabalhos de Marchuschi (1983), Koch (1987, 1989, 1992); Fávero & Koch (1983); Koch & Travaglia (1989, 1990), Fávero (1991) e Bastos (1985).

O cognitivismo certamente trouxe grandes contribuições para os estudos do texto, especialmente no que diz respeito a *modelos cognitivos* – blocos de conhecimentos armazenados em função da vida social. Para essa corrente, o ser humano compreende o mundo através de símbolos e o conhecimento é adquirido ou pela experiência [conhecimentos episódicos] ou com base em asserções que se ouvem sobre o mundo [conhecimentos declarativos].

Os conhecimentos episódicos são criados a partir da vivência de uma determinada situação e desencadeiam o que a literatura lingüística denomina

frames; scripts; esquemas; cenários ou *modelos de situação* (Dijk, 1989) – são modelos, inicialmente considerados rígidos, hoje reconhecidos, pela abordagem sociocognitivista, como altamente flexíveis, atualizáveis, uma vez que são socioculturalmente determinados. Um exemplo muito citado de conhecimento episódico é o *frame* que desencadeia a palavra *restaurante* (garçons, mesas, cardápio, etc). Um modelo atualizado de restaurante seria, por exemplo, a incorporação do esquema *self-service* ao modelo prototípico.

Os conhecimentos declarativos, por sua vez, são conhecimentos introjetados que incorporam ideologias circulantes na sociedade, [o que nos faz acreditar, por exemplo, que existe uma raça inferior; que lugar de mulher é na cozinha...] e saberes assimilados desde a infância; ou seja, são “pacotes prontos”. Segundo Dijk (op. cit.) são responsáveis por grande parte dos discursos preconceituosos.

Alguns autores do cognitivismo falam ainda em *conhecimentos procedurais* – estes envolvem a maneira de colocar em prática os diversos tipos de conhecimentos em cada situação de interação.

Sem dúvida, o reconhecimento de que trabalhamos com modelos cognitivos é uma grande, senão a maior colaboração que a LT herdou do cognitivismo, especialmente quando se trabalha com a noção de *estratégias* [leitor e produtor seriam estrategistas – lançam mão de *estratégias de uso* do conhecimento]. Além disso, a afirmação de que *os modelos contêm nossas crenças, atitudes*, o que nos permite diferentes interpretações (Dijk, idem) parece responder ainda mais à angustiante pergunta: “Que operações cognitivas o sujeito põe em ação durante o processamento textual?”.

Apesar de toda essa contribuição, a proposta do cognitivismo clássico ainda deixou algumas lacunas ao tratar de questões que envolviam a relação entre a linguagem e o meio, pois trabalha com representações simbólicas como *representações especulares* da realidade e propõe uma clara separação entre

mente e corpo [entre individual e social]⁶, de modo que não explicam, por exemplo, a flexibilidade a que estão submetidos os sistemas cognitivos naturais que os faz capazes de adaptarem-se a condições distantes do ideal e principalmente de exibirem aprendizado. Para Koch & Cunha-Lima (op.cit, p. 272)

A representação simbólica clássica parece inadequada pela sua excessiva estabilidade e sua a-historicidade, para explicar, por exemplo, como as palavras podem ter sentidos tão flexíveis e, por outro lado, freqüentemente tão precisos quando em uso.

É o momento de a LT passar a dialogar com disciplinas como a neurobiologia e antropologia, que juntas começam a investigar com vigor a relação entre mente e corpo e concluem que muito de nossa razão tem por base a percepção e a capacidade de atuação física no mundo (Koch & Cunha-Lima, ibidem). Percebe-se então, que as atividades cognitivas, no lugar de estarem separadas das interações com o meio, tomam estas interações como o lugar de emergência dos sentidos. A possível preocupação com os efeitos de sentidos advindos da linguagem através de estratégias argumentativas e seus jogos de implicaturas e pressuposições, parece fazer emergir então o *outro* – este já proposto por Bakhtin, em suas teorias sobre enunciação e em sua defesa de que seria o *diálogo* o paradigma econômico que pensa toda a linguagem. Desse modo, o conceito de *relação* entre linguagem e mundo, desloca-se para o de *ação*, melhor ainda, de *inter-ação* – interação como o próprio lugar da construção dos sentidos. Isso dito por Marcuschi (2004), seria assim:

Trata-se da perspectiva sócio-cognitiva, que não postula nem a relação natural nem convencional, mas uma relação instável, social, histórica e negociada entre linguagem e mundo: *relação como ação*.(grifo do autor)

⁶ Segundo Koch & Cunha-Lima (2004), um dos pressupostos dessa linha de raciocínio, é a existência - por um lado - de uma fronteira nítida entre os processos internos, individuais e mentais, e - por outro - as coisas do mundo, os fenômenos externos, acessados pela percepção.

Ainda citando Marcuschi (ibidem):

[...] o mundo não é um grande supermercado, com gôndolas universais divinamente mobiliadas, restando aos humanos nomearem esse mobiliário para uso coletivo. A contribuição histórica dos humanos para a configuração dessas gôndolas é imensa e não desprezível, mas ao mesmo tempo tão instável e variada que desnorteia. Ao lado disso, a linguagem também não é um instrumento transparente e claro capaz de etiquetar de forma universalmente igual cada elemento desse suposto mobiliário. Portanto, não há uma relação direta entre linguagem e mundo e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo *situadamente*. (grifo meu)

Percebe-se nesse percurso da LT, uma abertura a um grande diálogo, o que faz dela uma teoria transdisciplinar. Nesse contexto, a noção de texto que se possuía no primeiro momento foi se tornando ampla de tal forma que muitas vezes já não se faz distinção entre texto e discurso. O texto agora é concebido como “prática comunicativa”; o sujeito é visto como “ator social” e a *interação* é a chave para a construção dos sentidos. Os sentidos emergem da interação que se dá no interior de uma dada cultura, dentro de uma dada sociedade. Não se nega aqui que há certas capacidades que são inatas, mas estas só se desenvolvem na interação social.

A busca pelo *entendimento* passa pela produção e interpretação dos textos:

Não há fundamento para a ‘ansiedade cartesiana’ de que o conhecimento se dissolva em entropia: a verdade, tanto quanto o mundo, existe e **se produz como entendimento**, construído em condições comunicativas densamente radicadas e vividamente experimentadas. (Salomão, 2003 – grifo da autora)

É neste contexto que ganham visibilidade os estudos sobre o deslizamento da noção de referência para a noção de *referenciação*. Aqui, a língua não é vista como um espelho do mundo e sim como uma ação conjunta dos sujeitos do discurso. Os sentidos emergem de uma atividade colaborativa entre os sujeitos da

enunciação, ou seja, o processo de referenciação coloca em evidência o caráter intersubjetivo e interativo da linguagem. `

Trata-se então da inserção da Lingüística Textual em uma linha *sociocognitivo-interacionista*.

É um grande passo que se dá, especialmente se pensarmos que as possíveis imperfeições ou erros na linguagem podem ser repensados em termos de mecanismos lingüísticos, discursivos e cognitivos necessários a uma comunicação eficiente. A teoria da referenciação reconhece, nas categorias que utilizamos para descrever o mundo, a instabilidade , que parece ser constitutiva da língua, como propõe Authier-Revuz (1998). Para Mondada & Dubois (1995, pp 273-302)

As categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente.

É nesta linha de pesquisa que este trabalho se inscreve. E aqui, a instabilidade das categorias tem ênfase especial, já que acreditamos, com base nas pesquisas de Mondada & Dubois (1995); Koch (1997-2004), Marcuschi (1998-2004), Morato (2001,2004), Cavalcanti (2000- 2003), Dubois (1995), Apothéoz (1995), Conte (1996), Schwarz (2000), que é justamente da instabilidade que nasce a possibilidade de se construir sentidos; que textos progridem graças às muitas estratégias de construção dos objetos-de-discurso e que essas estratégias só são possíveis porque o falante/produtor procede a escolhas passíveis de serem negociadas no ato enunciativo e *joga* com as inúmeras possibilidades de organização discursiva do mundo.

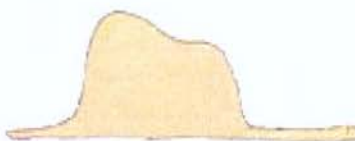
1.2 Aspectos sociocognitivos do processamento textual

Certa vez, quando tinha seis anos, vi num livro sobre a Floresta Virgem, "Histórias Vividas", uma imponente gravura. Representava ela uma jibóia que engolia uma fera. Eis a cópia do desenho:



Dizia o livro: "As jibóias engolem, sem mastigar, a presa inteira. Em seguida, não podem mover-se e dormem os seis meses da digestão."

Refleti muito então sobre as aventuras da selva, e fiz, com lápis de cor, o meu primeiro desenho. Meu desenho número 1 era assim:



Mostrei minha obra prima às pessoas grandes e perguntei se o meu desenho lhes fazia medo.

Responderam-me: "Por que é que um chapéu fazia medo?"

Meu desenho não representava um chapéu. Representava uma jibóia digerindo um elefante. Desenhei então o interior da jibóia, a fim de que as pessoas grandes pudessem compreender. Elas têm sempre necessidade de explicações. Meu desenho número 2 era assim:



(Antoine de Saint Exupéry – *O pequeno príncipe*)

No processo de elaboração e compreensão de textos, opera-se com informações de alto grau de complexidade. Por parte do produtor, há a capacidade de introduzir, de maneira quase imediata, informações novas; por parte do

leitor/ouvinte, há a capacidade de apreender [confrontar com suas expectativas, crenças, opiniões] e responder⁷ a essas informações também rapidamente. Pode-se dizer, portanto, que essa comunicação [melhor entendida como *interação*] se dá “on-line”. Não seria exagero dizer, então, que a construção do conhecimento se dá num processo de interação [estratégico] e que isso resulta de uma negociação entre co-enunciadores. Segundo Van Dijk (1992),

Compreender envolve não somente o processamento e interpretação de informações exteriores, mas também a ativação e uso de informações internas e cognitivas.[...] implica também o fato de a pessoa usar e construir informações a respeito das relações entre acontecimentos e as situações em que eles ocorrem. Isso significa que o compreendedor terá agora três tipos de informações, que são informações sobre os próprios acontecimentos, informações da situação ou contexto e informações das pressuposições cognitivas. Estas informações podem ser combinadas de maneira efetiva, de tal modo que uma representação mental do acontecimento é construída o mais rápido possível e tão bem (no sentido de significativamente, de maneira útil, etc) quanto possível.”

Para o cognitivismo clássico, sobretudo a partir dos trabalhos do lingüista americano Noam Chomsky, no final dos anos 50, os aportes históricos de uma comunidade se acumulariam no léxico [onde, para a teoria chomiskiana, as línguas diferem] e a variabilidade seria controlada por um certo número de parâmetros que constituiriam uma Gramática Universal, que por sua vez seria um componente biológico da espécie humana, realizado na mente e codificado no patrimônio genético dos membros da espécie. Mente e corpo estariam, assim, desvinculados: os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo estariam estruturados em suas mentes e seriam acionados para resolver problemas do meio ambiente, condicionados a regras e parâmetros.

Para o psicólogo Steven Pinker (1994, apud Chierchia, 2003), “as pessoas sabem falar assim como aranhas sabem tecer teias”; assim, defende que a atividade da linguagem é qualitativamente a mesma em todos os indivíduos e é

⁷ Por responder, entenda-se combinar as informações; construir delas uma representação mental e, em decorrência disso, submetê-las a contra-palavras.

distinta de habilidades mais gerais como processar informações ou comportar-se de maneira inteligente.

Para o semanticista Chierchia (2003), os significados das palavras são apreendidos e armazenados na memória e para processar o sentido de uma sentença nova, os falantes dispõem de regras apropriadas que seriam automáticas – seria como somar dois números antes nunca vistos [chega-se ao resultado, porque se dispõe de regras]. O conceito central da semântica formal defendida por Chierchia (op.cit) é a *denotação* ou *referência* – as palavras e expressões *denotam, referem-se* a algo preexistente no mundo. O significado de uma sentença consiste nas condições em que ela é verdadeira: são os esquemas de inferência que permitem ao falante compreender os enunciados [chega-se a uma estrutura sintática através de raciocínios válidos].

A teoria sociocognitivista da linguagem, no entanto, não compreende que palavras possam espelhar o mundo e não coloca a relação entre o discurso e o mundo em termos de verdadeiro ou falso. Compreende que os falantes tendem a classificar uniformemente os exemplares, de um certo tipo, com base em sua prototipicidade, tal como propôs Rosch (1978) e que, portanto, os falantes dispõem de protótipos mentais e que esses protótipos podem sofrer variações que não impedem que elementos, desprovidos de algumas das características de um membro prototípico, se enquadrem em uma mesma categoria, como a categoria das aves, onde o pardal é mais prototípico que uma galinha; a categoria dos móveis, onde uma cadeira é mais prototípica que um ventilador; a categoria dos mamíferos, onde uma vaca seria mais prototípica que um morcego. As variações categoriais que ocorrem no discurso, no entanto, têm a ver com a inserção histórica do falante; com ideologias; com pontos de vista.

O sociocognitívismo entende que o homem organiza o mundo em categorias; que estas categorias não são estanques e que estão sujeitas a mudanças tanto sincrônicas como diacrônicas e que, como defendem Mondada e Dubois (1995), antes de serem fixadas histórica ou normativamente, são controversas *porque situadas* (grifo meu)

O sociocognitivismo entende, portanto, a cognição como um fenômeno situado e entende, sobretudo, que os sentidos emergem da interação entre co-enunciadores, porque são negociados através de estratégias discursivas que possuem como pano de fundo um *projeto de dizer*. Devido à instabilidade das categorias, ao falante é permitido proceder a escolhas significativas que lhe permitam conduzir o seu projeto, de maneira a tornar eficiente a comunicação. Como diz Marcuschi (2004),

não se trata, de um problema de polissemia, vagueza, imprecisão, mas sim de um *efeito de simbolização*, que resulta num sistema categorial fluido. O léxico não pode ser pensado à margem da cognição social.

A construção da coerência, portanto, não depende apenas de como os mecanismos lingüísticos se dispõem na superfície textual, mas [e sobretudo] de um enquadramento sócio-cognitivo interacional que se dá entre os parceiros da comunicação.

Nesse contexto, os modelos cognitivos⁸ são imprescindíveis para o processamento textual, pois, por representarem as experiências que os falantes vivenciam em sociedade, servem de base aos processos conceptuais. Nos dizeres de Koch (2005),

constituem, pois, conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimentos sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos sobre como agir em situações particulares e realizar atividades específicas.

Modelos cognitivos recebem diferentes denominações na literatura lingüística: para Minsky (1975) trata-se de *frames*; para Schank & Abelson (1977),

⁸ Segundo Zamponi (2003), "a idéia básica do modelo cognitivo é que a referência é uma espécie de representação mental e a referenciação e anaforização são largamente determinadas por processos cognitivos, sendo a escolha de uma determinada expressão referencial dependente do estado da memória discursiva em curso".

scripts; para Sanford & Garrod (1985) seriam *cenários*; para Rumelhart (1980), *esquemas*; para Johnson-Laird (1983), *modelos mentais*; para Van Dijk, *modelos episódicos ou de situação* e para Chafe (1987), *conceitos*.⁹

Importa saber, que para a teoria sociocognitivista da linguagem, esses modelos são atualizáveis e que incorporam crenças, atitudes e opiniões, o que faz com que o processamento do discurso seja *estratégico* e a construção do sentido do texto possa confirmar ou frustrar as expectativas tanto do produtor como do leitor/ouvinte.¹⁰

Só mesmo com base em uma teoria que leve em conta que os sentidos emergem no discurso, explica-se o processamento de textos como o que se segue:

Notas de rodapé para uma teoria da globalização¹¹

Uma borboleta bate as asas metálicas sobre o Pentágono e a tempestade dos desertos insurgentes se ergue no Oriente; os aliados dos desgovernos anteriores caem de joelhos e explodem.

Quem precisa desses comerciais de heróis e vitórias quando mal entendemos o nosso fracasso?

O melhor do Brasil pode nem ser tão brasileiro assim, planejado em Chicago, financiado pelo Japão, depositado nas Ilhas Cayman, fabricado na China, plantado na Colômbia ou sintetizado em Londres...

Que diferença faz a fome dos homens que é preciso zerar?

⁹ Para Johnson-Laird (1983) apud Dooley & Levinhson (2001), as representações mentais são compostas de elementos de três tipos: entidades, propriedades e relações. *Entidades* corresponderiam, para os autores, ao que tipicamente nos referimos através de substantivos e que podem ser pensados como nódulos na representação mental; *Propiedades* seriam as qualidades que descrevem as entidades e podem, para os mesmos autores, ser considerados como rótulos afixados aos nódulos e *Relações* associariam entidades e poderiam ser imaginadas como linhas ligando certos nódulos, com rótulos indicando papéis diferentes na relação. Um tipo especial de relação, segundo Dooley & Levinhson (op.cit) seria o evento ou ação. O rótulo *conceito* (Chafe, op.cit) envolveria *entidades, propriedades e relações*.

¹⁰ Ainda Zamponi (ibidem) chama a esses modelos, *modelos de discurso ou memória discursiva* [numa referência a Berredoner (1994b)]: "Por modelo de discurso entendemos uma representação mental construída pelos participantes da interação. Esses modelos estão constantemente sujeitos à revisão, em razão da adição de interpretações novas que provêm dos enunciados ulteriores de um texto. Esses acréscimos provocam necessariamente uma atualização desses modelos, que incluem uma representação de entidades e acontecimentos introduzidos pelos parceiros, assim como relações que eles –entidades e acontecimentos – mantêm entre si."

¹¹ Anexo 1

Enquanto as escolas não ensinarem um pouquinho mais de ciência à juventude transviada e ignorante de causas e efeitos, serão os anabolizantes bovinos argentinos que realizarão seu pesadelo de beleza. Os resíduos tóxicos poderão ser a última esperança para a alucinação dos drogados.

[...] As modelos sorridentes, os fenômenos calvos e os apresentadores grávidos reproduzirão uma nova era de prosperidade para os cadernos de cultura, com festas patrocinadas e anúncios de fertilidade nas colunas sociais[...]

O bom é ser mendigo branco em Paris, por enquanto. Aliás, a esperança dos migrantes será desidratada no deserto do Arizona, hidratada no Mar Mediterrâneo ou eletrificada em Gaza.[...]

A ditadura da violência poderá inutilizar os ideais de liberdade, confundidos com a defesa da própria pele a qualquer preço. Não há mágica: os culpados continuarão pagando com os inocentes, enquanto a felicidade de uns continuar dependendo da infelicidade dos outros.

(Fernando Bonassi, FSP, 21/09/2004)

Em primeiro lugar, o autor o apresenta como um texto e é preciso, portanto, acreditar que o seja. Não há aparente conexão lógica entre os parágrafos. Se considerarmos a noção de texto predominante nos anos setenta, em que a coesão seria a grande responsável pela textualidade e, portanto, pela coerência dos textos, diríamos que se trata de um texto incoerente, ou melhor, diríamos que não se trata de um texto, porque não reúne em sua superfície, elementos suficientes para que seja tratado como tal.

No entanto, em decorrência de o autor tê-lo apresentado como um texto e por ser veiculado por um jornal de grande circulação,¹² é necessário que o leitor assim o caracterize e, seguindo as “pistas” ali deixadas pelo autor, acione o seu conhecimento de mundo na empreitada da construção:

Cabe aqui ao leitor, reconhecer, a partir de seu conhecimento, o que seriam “notas de rodapé” e se são “notas”, isso talvez justifique a falta de conexão entre os parágrafos. Mas, notas de rodapé, subentendem um texto e talvez [a reconstrução

¹² Entende-se aqui que o suporte tem grande participação na construção da coerência desse tipo de texto – é o que lhe confere legitimidade.

Também, por se tratar de texto midiático, a data [21/09/2004 – semana em que a tragédia ocorrida em 2001 nos EUA era lembrada por colunistas, em função de seu aniversário 11/09] em que foi veiculado é de grande importância para se reconstruir sentidos.

do sentido se dá por hipóteses] seja este texto o que o autor pretenda que o leitor infira de suas notas. A expressão “para uma teoria da globalização” parece confirmar a tese de que a teoria deverá ser inferida das notas¹³. Enfim, o termo “globalização” parece justificar o fato de o autor oscilar por diferentes espaços [aqui (Brasil), Rússia, Nigéria, desertos insurgentes, Pentágono, Arizona, Mediterrâneo, Gaza, etc].

É importante notar que esse texto está vinculado a momentos históricos específicos e que, portanto, visa a um leitor que possa reconhecer, dado o seu conhecimento enciclopédico, tais momentos. A coerência do texto aqui, não se dá por elos coesivos, nem por processos remissivos cotextuais – aqui, a coerência se dá levando em conta o conhecimento partilhado entre os co-enunciadores e esse conhecimento inclui a reconstrução do sentido através de formas metafóricas* – ou

¹³ O autor parece convidar o leitor a revisitar a Teoria do Caos, proposta pelo meteorologista Edward Lorenz nos anos 60, para a qual o bater de asas de uma borboleta no Brasil poderia desencadear um tornado no Texas [“Uma borboleta bate as asas metálicas sobre o Pentágono e a tempestade dos desertos insurgentes se ergue no Oriente”], ou seja, fatores insignificantes, distantes, poderiam eventualmente, produzir resultados catastróficos imprevisíveis.

O reconhecimento desse possível propósito do autor, exige um leitor específico [o tipo de leitor ideal para o caderno (*Ilustrada*) que veicula o texto, aliás]; no entanto a *Teoria da globalização* proposta pelo autor, pode prescindir de tal informação e ser construída com base em outras informações, contanto que o universo do leitor não se afaste muito do universo do autor.

É importante notar como a intertextualidade e a polifonia evidenciam-se em textos como este.

Koch (2004, cap.9) chama de intertextualidade implícita quando há uma introdução de texto alheio em um dado texto, sem menção da fonte. A autora argumenta que o produtor do texto, nestes casos, espera que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva; caso contrário, segundo a autora, a construção dos sentidos se vê prejudicada.

* Maria Benites et al, em texto ainda não publicado, ao tratar de um diálogo entre as idéias de Bakhtin, Vigotski e Bateson, falam que metáforas são, em geral, elementos constitutivos de nossa concepção de realidade, que nelas construímos imaginações como “quadros” (grifo dos autores). Argumentam que somos dotados de uma *competência metafórica* que seria a *capacidade de ver uma coisa como outra coisa*.

No exemplo em questão, a borboleta – para um leitor mais especializado – desencadearia todo o quadro da Teoria proposta por Lorenz e explicaria a expressão ‘para uma teoria da globalização’; o leitor menos especializado, poderia chegar a uma teoria convergente, por possuir a capacidade de enxergar em uma borboleta de asas metálicas, o avião que os terroristas [dos desertos insurgentes] usaram no atentado de 2001 contra os EUA. Nesse caso, além de o autor contar com conhecimentos partilhados, ele também conta com a capacidade do leitor de “enxergar uma coisa como outra coisa”, como defendem Benites et al, e isso envolveria processos sociocognitivos, dado que os autores afirmam que o pensamento metafórico parte da construção de um *insight* – o que, no nosso entender, estaria muito próximo do que foi denominado *frames* ou *esquemas mentais*.

melhor, negociam-se sentidos a ponto de o leitor não ter problemas em reconhecer, dentro desse contexto, a *borboleta de asas metálicas*; o *Pentágono*; a *tempestade dos desertos insurgentes que se ergue no oriente*; os *aliados dos desgovernos anteriores que caem de joelhos e explodem*, como expressões que aludem metaforicamente ao ataque terrorista sofrido pelos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, que culminaram com a explosão das torres gêmeas. São fatos que fazem parte do conhecimento enciclopédico dos co-enunciadores. Tais expressões, no entanto, adquiririam significados diferentes em contextos diversos ou, dentro desse mesmo contexto, podem nada significar ao leitor que não compartilhe de tais conhecimentos.

O autor desse texto conta também com a colaboração do leitor no reconhecimento de uma voz que ironiza a campanha publicitária promovida pelo então governo brasileiro, com o intuito de resgatar a auto-estima de seu povo: “O melhor do Brasil é o brasileiro”:

O melhor do Brasil pode nem ser tão brasileiro assim, planejado em Chicago, financiado pelo Japão, depositado nas Ilhas Cayman, fabricado na China, plantado na Colômbia ou sintetizado em Londres.¹⁴

O texto parece, também, ironizar o programa “Fome Zero” - plataforma eleitoral do mesmo governo - no enunciado ambíguo

Que diferença faz a fome dos homens que é preciso zerar?

O autor, talvez conte com o reconhecimento da ambigüidade que se dá em decorrência de duas referências cotextuais para o relator *que* [é preciso zerar *a fome* ou é preciso zerar *os homens?*]; conta, portanto, com o conhecimento lingüístico do leitor. É importante ressaltar que esse artigo foi escrito em um

¹⁴ O que se quer evidenciar aqui é o fato de a cognição ser um fenômeno situado; de que os sentidos se constroem interativamente; de que a língua é heterogênea; de que os discursos são polifônicos e que, tanto autor como leitor, são estrategistas.

momento em que os jornais veiculavam a notícia de uma matança misteriosa de mendigos que dormiam nas ruas de São Paulo.

Enfim, para se construir sentidos em um texto como este, o leitor deve mobilizar uma série de conhecimentos que dizem respeito a fatos históricos, à sua inserção como sujeito do mundo. Pode-se notar que durante todo o tempo, o autor apela para saberes cotidianos, como por exemplo, a morte de dois rapazes goianos em decorrência de um uso excessivo de anabolizantes argentinos, em função de uma ideologia presente na sociedade que elege certos padrões de beleza [além de explorar o fato de que isso se dá em função de uma educação precária]; apela para certas associações que se dão em função de “modelos sorridentes [boca avantajada da modelo Daniela Cicarelli]”¹⁵, “fenômenos calvos” [alusão ao atleta Ronaldo] – presentes nos discursos midiáticos do momento, em decorrência do anúncio de um casamento patrocinado por grandes empresas multinacionais; também exige que o leitor reconheça a situação dos migrantes latinos que morrem no deserto do Arizona; dos Africanos que se afogam no mar Mediterrâneo e dos palestinos que são eletrificados nas cercas de Gaza.

É importante ressaltar que o discurso a ser construído subjaz às notas e, ainda que enunciador e enunciatário pertençam a um mesmo contexto sócio-histórico-cultural, isso não garante a construção do sentido conforme a intenção do autor, uma vez que para inferir a “teoria da globalização”, deverão contar as crenças e os pontos-de-vista do leitor.

Textos como o apresentado, veiculados em meios específicos, visando a leitores específicos, corroboram a tese de que língua e mundo não se encontram numa relação especular; que os sentidos são criados no discurso, a partir das experiências e da inserção do sujeito num mundo onde as coisas acontecem a todo o momento e não são observadas sob o mesmo prisma por duas pessoas diferentes e nem mesmo pela mesma pessoa em momentos diferentes; que a

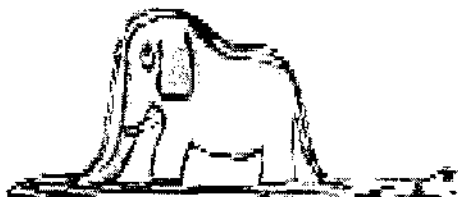
¹⁵ Em outro contexto, causaria estranhamento a associação de *sorridente* com *boca avantajada* [da modelo Daniela Cicarelli]. Entretanto tal característica da modelo em questão [o fato de possuir uma boca avantajada] foi explorado pela mídia, com uma certa constância, na ocasião em que esse texto entrou em circulação.

construção dos sentidos conta com o “partilhar” de experiências, numa ação colaborativa entre sujeitos.

Desse modo, recuperando o excerto do “*Pequeno Príncipe*” de Saint-Exupéry, não se pode reconhecer o desenho de uma *jibóia digerindo um elefante* em algo parecido com um chapéu, a não ser que se compartilhe com seu “parceiro de enunciação” a preocupação com *jibóias que são capazes de engolir uma presa inteira sem mastigar*.

Também não se pode sentir “medo” de um desenho assim [*Mostrei minha obra prima às pessoas grandes e perguntei se o meu desenho lhes fazia medo. Responderam-me: "Por que é que um chapéu fazia medo?"*] quando o “mundo” do co-enunciador não envolve tal tipo de preocupação. E, quando os co-enunciadores pertencem, como no excerto, a molduras diferentes, as explicações realmente se fazem necessárias:

Meu desenho não representava um chapéu. Representava uma jibóia digerindo um elefante. Desenhei então o interior da jibóia, a fim de que as pessoas grandes pudessem compreender. Elas têm sempre necessidade de explicações. Meu desenho número 2 era assim:



1.3. Implicações do deslizamento da noção de referência para a noção de referenciação

"Tudo é teu, que enuncias. Toda forma
nasce uma segunda vez e torna
infinitamente a nascer. O pó das coisas
ainda é um nascer em que bailam mésons.
E a palavra, um ser
esquecido de quem o criou; flutua,
reparte-se em signos - Pedro, Minas Gerais,
beneditino-
para incluir-se no semblante do mundo.
O nome é bem mais que o nome: o além-da coisa,
coisas livres de coisa, circulando.
E a terra, palavra espacial, tatuada de
sonhos,
Cálculos."
(Carlos Drummond de Andrade)

Ao assumirmos a noção de *referenciação* no lugar da noção de *referência*, estamos assumindo o caráter instável, e por isso intersubjetivo, da linguagem .

O que observamos nos discursos quotidianos é que, pela linguagem, nomeamos e renomeamos as coisas numa tentativa constante de atingir objetivos comunicativos. A linguagem é o meio pelo qual damos a conhecer, ao outro, nosso ponto de vista sobre as coisas do mundo e estas só adquirem sentidos nos discursos – são os discursos que lhes conferem uma certa estabilidade de sentidos. Fora dos discursos, existe um mundo, com toda a certeza; mas este só pode ser nomeado no interior de uma dada cultura, de uma dada sociedade, em um dado momento histórico.

Por isso, parece mais adequado assumirmos que, se há uma estabilidade semântica entre as palavras e as coisas [e, por vezes, esse *efeito de estabilidade* se dá por um longo tempo], essa estabilidade é *histórica* e, portanto, provisória¹⁶.

Quando assumimos a linguagem como *ação*, melhor ainda, como *inter-ação*, estamos assumindo o compromisso da relação com o *outro* e, nessa relação, a projeção desse outro, a sua contra-palavra estará sempre presente.

O deslizamento da noção de referência para a noção de referencição implica, portanto, a assunção de que os discursos são históricos e que, sendo históricos, produzem história, o que justifica a retomada de itens lexicais de um dado discurso em outros discursos sob novas construções: o trabalho do passado passa a ser instrumento e objeto do trabalho do presente.

Desse modo, assumimos com Marcuschi e Koch (1998), os seguintes pressupostos:

1. Pressuposto da indeterminação lingüística:

A língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em conseqüência, será essencial postular o princípio de indeterminação em todos os níveis. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação. Não pode ser identificada com instrumentos prontos para usos diversos.

2. Pressuposto de uma ontologia não-atomista:

Do ponto de vista ontológico, o mundo (a realidade extra-mental) não se acha de uma vez por todas definida, identificavelmente demarcada e

¹⁶ A palavra *holocausto*, por exemplo, embora em sua origem tenha sido usada como *sacrifício*; *imolação*; *penitência*, dificilmente a encontraríamos hoje em textos em que não remetesse ao *extermínio em massa dos judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial*.

Parece que há, na carga semântica dessa palavra, uma certa *interdição* para o uso com diferentes sentidos em outros discursos, também esta, submetida a regras históricas, ideológicas e sociais. Portanto, ao que tudo indica, tal palavra produzirá na memória dos falantes, por algum tempo, um certo efeito de estabilidade.

A fixidez normativa de certas categorias lingüísticas não produz senão *efeitos de estabilidade*..

precisamente delimitada. A discretização do mundo empírico não é um dado apriorístico e sim uma elaboração cognitiva. Isto equivale a dizer que o mundo fenomênico, externo, a possível extensão referencial de nossos itens lexicais, não está à disposição, pronta para receber as designações pura e simplesmente.

3. Pressuposto da referenciação como atividade discursiva:

A referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão *referência* passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de "etiquetar" um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Antes de 26 de dezembro de 2004, por exemplo, a palavra *tsunami* seria reconhecida por poucos leitores dos discursos midiáticos brasileiros [especialmente porque esse tipo de fenômeno é causado por terremotos e estes não fazem parte da realidade brasileira]. Após a tragédia ocorrida na Ásia, tal palavra passou a fazer parte de nosso vocabulário e, em pouco tempo, viu-se incorporada aos discursos comuns, remetendo quase sempre a fatos negativos de grandes proporções.

Por se tratar de um vocábulo desconhecido do leitor, a sua primeira aparição em um dos jornais de maior circulação do Brasil [Folha de São Paulo], trouxe, com a notícia da tragédia, a especificação para o vocábulo:

“**tsunami** - nome que se dá às ondas gigantescas, geralmente formadas por terremotos cujos centros ficam em oceanos; em japonês, "tsu" significa porto e "nami", onda.”

Observe-se como se dá o uso da palavra *tsunami* nos diferentes tipos de discurso:

São Paulo, segunda-feira, 27 de dezembro de 2004

FEELHA mundo

RELACÃO DA ÁSIA

Sismo de 9 graus no mar, perto da Indonésia, provoca ondas gigantes que repercutem até na costa africana

Tremor e inundações matam 12 mil na Ásia

DA REDAÇÃO

Mais de 12 mil pessoas morreram ontem após *um terremoto de 9 graus na escala Richter ter provocado ondas de até dez metros de altura* que atingiram oito países no sul da Ásia. Sri Lanka (4.500 mortos), Indonésia (4.422) e Índia (3.000) foram os mais atingidos.

[...]

O centro do abalo sísmico, às 7h59 (22h59 de sábado em Brasília), foi registrado próximo à costa oeste da ilha de Sumatra (Indonésia), 10 km abaixo do fundo do mar. Houve ainda em seguida tremores menores, de até 7,3 graus, nas ilhas Nicobar e Andaman (Índia), no oceano Índico.

Tailândia, Malásia, Bangladesh e Maldivas também foram atingidos **pelo tsunami** *-nome que se dá às ondas gigantes, geralmente formadas por terremotos cujos centros ficam em oceanos; em japonês, "tsu" significa porto e "nami", onda.*

[...]

"Acho que é o pior desastre natural da história de Sri Lanka", afirmou N.D. Hettiarachchi, diretor do Centro Nacional de Controle de Desastres Naturais. "É uma situação muito trágica", disse Rienzie Perera, porta-voz da polícia. Ele

acrescentou que os hospitais não têm condições de cuidar de todos os feridos.

[...]

" O dono de dois resorts na ilha Phi Phi -locação do filme "A Praia", estrelado por Leonardo DiCaprio- disse que 200 de seus bangalôs foram varridos pelo mar. "Receio que haverá um alto número de estrangeiros e funcionários meus perdidos no mar", afirmou Chan Marongtaechar, que calcula em 700 o número de pessoas que poderia estar na praia na hora da chegada do **tsunami**.

[...]

FOLHA ilustrada

São Paulo, domingo, 09 de janeiro de 2005

JOSÉ SIMÃO

"BBB 5"! Bunda, berro e biquíni!

Buamba! Buamba! Macaco Simão urgente! O braço armado da gandaia nacional. Ai, minha santa periquita do bigode loiro! Amanhã começa mais um "BBB": Big Bagaça Brasil! Aquele monte de sunga e fio-dental em volta da piscina!

Fim de ano já era! A farra acabou! Corre na internet uma charge chamada "A **Tsunami Brasileira**". *Aí vem uma onda gigante: IPVA, IPTU, IPI, cartão de crédito, escola. IPVA, IPTU, IPCA, IPI, ICM. Ih... me ferrei. [...]*

TENDÊNCIAS/DEBATES

FREI BETTO

Temo que por muitas cabeças passe a idéia de, em 2006, anular o voto ou votar em branco. Seria um desastre.

E agora, José?

A festa acabou? Já não há mais PT? Não, José, de tudo isso fica uma grande lição: não é a direita que inviabiliza a esquerda. Esta tem sido vítima de sua própria incoerência, inclusive quando se elege por um programa de mudanças e adota uma política econômica de ajuste fiscal que trava o desenvolvimento, restringindo investimentos públicos e privados.

[...]

Agora, José, é a nossa confiança no PT que se vê abalada. O que há de verdade e de mentira em tudo isso? Por que o partido não abre sua contabilidade na internet? Se houve mesmo "mensalões" e malas de dinheiro, como ficam os pobres militantes e simpatizantes que, em todas as campanhas eleitorais, contribuíram, com sacrifício, do próprio bolso? Findas as investigações, o PT precisará vir a público e, de cabeça erguida, demonstrar que tudo não passou de "denuncismo", de "golpismo", de armação (ia escrever "dos inimigos") dos aliados... ou, de cabeça baixa, em atitude humilde, reconhecer que houve, sim, malversação, improbidade, tráfico de influência e corrupção.

O mais grave, José, é o desencanto que **toda essa "tsulama"** provoca na opinião pública, sobretudo na dos mais jovens.

[...]

No primeiro texto, o referente é introduzido como algo desconhecido do leitor:

Mais de 12 mil pessoas morreram ontem após um terremoto de 9 graus na escala Richter ter provocado *ondas de até dez metros de altura*.

Mais à frente, no mesmo texto, o referente é retomado pela expressão *tsunami* na forma de dado, mas seguido de uma paráfrase definicional [o que significa que o objeto é novo para o leitor – está em processo de construção]

Tailândia, Malásia, Bangladesh e Maldivas também foram atingidos **pelo tsunami** - *nome que se dá às ondas gigantescas, geralmente formadas por terremotos cujos centros ficam em oceanos; em japonês, "tsu" significa porto e "nami", onda.*

Ainda, no mesmo texto, alguns parágrafos à frente, a expressão é novamente retomada, agora como definitivamente dada [autor e leitor já compartilham o conhecimento do que vem a ser um *tsunami*]:

"Receio que haverá um alto número de estrangeiros e funcionários meus perdidos no mar", afirmou Chan Marongtaechar, que calcula em 700 o número de pessoas que poderia estar na praia na hora da chegada do **tsunami**.

De posse do conhecimento histórico do vocábulo *tsunami*, é possível agora negociar sentidos em outros discursos. É o que ocorre no segundo texto, onde a "onda gigante" ganha um novo contexto

Fim de ano já era! A farra acabou! Corre na internet uma charge chamada "**A Tsunami Brasileira**". *Aí vem uma onda gigante: IPVA, IPTU, IPI, cartão de crédito, escola, IPVA, IPTU, IPCA, IPI, ICM. Ih... me ferrei. [...]*

e no terceiro texto, onde o autor cria [autorizado pelo conhecimento que compartilha com o leitor] uma nova palavra a partir de *tsunami*.¹⁷

Se houve mesmo "mensalões" e malas de dinheiro, como ficam os pobres militantes e simpatizantes que, em todas as campanhas eleitorais, contribuíram, com sacrifício, do próprio bolso? Findas as investigações, o PT precisará vir a público e, de cabeça erguida, demonstrar que tudo não passou de "denuncismo", de "golpismo", de armação (ia escrever "dos inimigos") dos aliados... ou, de cabeça baixa, em atitude humilde, reconhecer que houve, sim, malversação, improbidade, tráfico de influência e corrupção.

O mais grave, José, é o desencanto que **toda essa "tsulama"** provoca na opinião pública, sobretudo na dos mais jovens.[...]

Assumir o deslizamento da noção de referência para referenciação implica assumir que palavras, tal como as obras de arte, são formas de "materializar" modos de ver o mundo.¹⁸

¹⁷ É interessante notar que, na etimologia da palavra, apresentada no primeiro texto, *tsu* significa *porto* e *nami* significa *onda*; mas a representação mental que o leitor tem de *tsunami*, a despeito da definição dada, é de *onda gigante* e isso colabora para que o leitor aceite a construção *tsulama* como uma *onda gigante de sujeira/lama* [malversação, improbidade, tráfico de influência e corrupção] sem contestações.

¹⁸ Em Benites et al (op.cit) encontramos: "Exatamente isso é o essencial da obra de arte: materializar modos de ver o mundo."

CAPÍTULO 2 – As formas nominais referenciais e a progressão textual

“Livro bom, mesmo, é aquele de que às vezes interrompemos a leitura para seguir — até onde? — uma entrelinha... Leitura interrompida? Não. Esta é a verdadeira leitura continuada.” (Mário Quintana)

2.1 Progressão referencial e manutenção tópica: construção colaborativa de objetos-de-discurso

É comum, ao abrirmos uma obra, depararmos-nos com um índice que a divide em capítulos, que se subdividem em diversos itens [1.1; 1.2 etc.] assim como também é comum [é de se esperar] que cada item seja tratado de maneira a “esgotar-se” para que assim possamos prosseguir a leitura sem prejuízo do sentido geral da obra. É comum, também na fala, que o processo se realize de maneira semelhante: embora localmente planejada, podemos dizer que estamos sempre atentos à apreciação que nosso ouvinte possa fazer do que falamos e, por isso, corrigimos; especificamos; explicamos, enfim procuramos enquadrar nosso co-enunciador na mesma moldura comunicativa a que pertencemos, a fim de que o menor número de informações se percam pelo caminho.

Isso significa que estamos sempre procurando “segurar as rédeas” de nossa fala ao mesmo tempo em que, mais que esclarecer, procuramos convencer nosso co-enunciador da relevância do assunto em questão e, mais ainda, é natural que falemos para acrescentar algum tipo de informação adicional ao universo discursivo de nosso ouvinte/leitor.

Disso se conclui que os discursos, ainda que comportem uma série de digressões, são organizados, de modo que, ao final de uma leitura ou uma conversação, seja possível ao leitor/ouvinte, abstrair o conteúdo geral de que trata,

ou melhor, de uma maneira geral, os temas de nossos textos tendem a ser únicos¹⁹ – o que nos permite, por exemplo, fechar [terminar de ler] uma certa obra, por densa que seja, e reproduzir, em poucas palavras, sua essência.

O caráter interativo da atividade discursiva torna-se altamente evidente nesse processo de manutenção tópica. Para que o falante/escrevente consiga concretizar seu projeto de dizer faz-se necessária a colaboração do ouvinte/leitor; melhor dizendo, faz-se necessária a sua inserção no mesmo contexto sócio-cognitivo do produtor; o partilhar de conhecimentos entre ambos; o esforço cognitivo do co-enunciador no sentido de produzir inferências; enfim, a disposição para “negociar” o sentido.

Do lado do produtor do texto, essa colaboração se dá, sobretudo, na projeção que se faz do ouvinte/leitor – o que justificaria o índice de explicações; retificações; repetições, em virtude de momentos em que o falante julgue, de alguma forma, problemáticas as suas colocações, dado o caráter constitutivamente instável da linguagem (Authiez-Revuz, 1998) e dado à argumentatividade inerente aos discursos.

Assim, conhecimentos partilhados pelos co-enunciadores são de grande importância para a construção dos sentidos de um texto, pois são responsáveis por uma série de associações que determinarão o fio discursivo. Desse modo, um tema mantém-se, principalmente, graças a processos de sinonímia, hiperonímia, hiponímia, meronímia, pronominalizações, repetições, rotulações, nominalizações – que atuam como reativadores [ou “rememoradores”] de um tópico introduzido.

Chafe (1987, apud Dooley & Levinshon, 2001) fala em “conceitos”, que seriam representações mentais de referentes. Um conceito para o autor, pode estar em um dos três estados de ativação a que chama *ativo* [está na consciência

¹⁹ Em Bakhtin [Volochinov], (1929/2004, cap. 7, p.128), encontra-se a seguinte tese: “um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*. O tema deve ser único. Caso contrário não teríamos nenhuma base para definir a enunciação.” (grifos do autor)

da pessoa naquele momento específico], *acessível* [está na consciência periférica da pessoa – ela tem sobre ele um conhecimento ambiental, mas não está sendo diretamente focalizado] e *inativo* [encontra-se naquele momento na memória de longo prazo da pessoa; não está sendo focalizado, nem periféricamente ativado].

Segundo os autores (Dooley & Levinshon, op.cit.),

Conceitos ativos são às vezes conhecidos como “informação (anteriormente) dada” e conceitos inativos se transformam em “informação nova” no momento em que são ativados.[...]

Conceitos acessíveis podem ser de três tipos:

- Primeiro, um conceito pode ser acessível “por ter sido ativado num estado anterior, geralmente tendo estado ativo numa parte anterior do discurso”(Chafe 1987:29) [...]
- Segundo, um determinado conceito pode ser acessível “em virtude de pertencer às expectativas que fazem parte de um esquema (Chafe 1987:29) [...]
- Terceiro, existem conceitos “cujo *status* de acessibilidade se deve à sua presença no universo externo do texto (Lambrecht, 1994:99)

[...]

Na ATIVAÇÃO, um conceito passa do estado inativo ou acessível para o ativo.

- Para um conceito vindo de um estado *inativo*, a ativação o torna “informação nova” [...]
- Para um conceito que era previamente *acessível*, a ativação geralmente não requer codificação pesada. Porém, ela requer uma menção do conceito, e, se a língua tem um mecanismo para isto, requer também um sinal do estado acessível anterior. Isso é função do artigo definido em português [...]²⁰

²⁰ A tradução desse texto para o português foi elaborada por Ruth Julieta da Silva com a ajuda de John White, para um seminário em Porto Velho em 1998. Essa versão foi revisada por Márcia dos Santos Suzuki e Norval da Silva e a ela [à revisão] foram incluídos textos, exemplos ilustrativos e referências que fazem parte do contexto brasileiro.

O enunciado “isso é função do artigo definido em português”, refere-se a um texto oral [exemplificativo] sobre uma viagem de avião de Porto Velho a Campo Grande. O fragmento a que se referem é: “Mas quando chegamos em Cuiabá, o aeroporto fechou por causa de um temporal” (p.196 – Apêndice B , linha 16) . Assim, a citação completa seria: “[...] Isso é função do artigo definido em português, como no exemplo o *aeroporto* citado acima (Apêndice B, linha 16)”

Ainda citando Dooley & Levinshon (idem):

Os três estados de ativação propostos por Chafe (ativo, acessível inativo), são evidenciados em todas as línguas. Porém temos que reconhecer que os limites entre eles podem ser pouco claros. Perceptualmente, deveria haver muitos graus de ativação de conceitos, pois eles, depois de ativados, desaparecem gradualmente da consciência, a menos que seu estado ativo seja mantido. Mas, ao falar sobre eles, o falante tem de escolher dentre um conjunto de mecanismos lingüísticos distintos, (por exemplo, pronomes). Nesses casos, o estado de ativação fica a critério do falante, e o analista tem que procurar entender a razão dele.

Em Koch (2004, p.62), encontramos a seguinte atualização da descrição de Chafe:

Na constituição da memória discursiva estão envolvidas, como operações básicas, as seguintes estratégias de referenciação:

1. Construção/Ativação: pela qual um “objeto” textual, até então não mencionado, é introduzido, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceitual do modelo de mundo textual: a expressão lingüística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo.
2. Reconstrução/ reativação: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nóculo continua em foco.)
3. Desfocalização/desativação: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores.[...]

A manutenção de um dado objeto em estado *ativo* ou *acessível* parece ser a grande responsável pela progressão textual. Essa manutenção se dá, em grande parte [mas não só], graças às formas nominais referenciais, pois são elas que

melhor representam as escolhas a que os indivíduos procedem por ocasião da construção de *objetos-de-discurso* (Mondada & Dubois, 1995) através de conhecimentos pressupostos como partilhados e, portanto, da focalização de traços do referente que o locutor julgue de maior relevância para a caracterização do objeto que pretende construído – o que implica, por parte do produtor do texto, uma certa operação com o referente de acordo com suas crenças, atitudes e opiniões. Nesse sentido, a atividade de referenciação encontra, aqui, espaço privilegiado, pois um tópico discursivo mantém-se em estado de ativação por processos referenciais, e, portanto, a função das formas nominais é de suma importância.

Para Koch (2004), a manutenção em foco do objeto introduzido no discurso pode-se dar das seguintes maneiras:

- a) uso de pronomes
- b) uso de expressões nominais definidas
- c) uso de expressões nominais indefinidas

Importa-nos, particularmente, o uso de expressões nominais, uma vez que a construção de um dado objeto-de-discurso envolve acréscimo de informações e muitas vezes, recategorização radical de expressões referenciais – quando se desloca o referente de um ponto central de seu domínio semântico para um ponto periférico (Mondada & Dubois, 1993).

Falar em expressões nominais e manutenção do referente no discurso nos leva a pensar imediatamente em anáforas, pois são elas, na maioria das vezes, as responsáveis pela manutenção temática; mas tratamos aqui de *construção* de *objetos-de-discurso* e o conceito tradicional de anáfora não parece ajustar-se a todas as situações, uma vez que se trata de um termo que remete à noção de repetição, de correferencialidade e o que importa nas situações de interação são os traços atribuídos ao objeto que orientarão a construção dos sentidos.

A literatura lingüística trata de *anáforas diretas* [correferenciais] e de *anáforas indiretas* [não correferenciais].

Jurbran (2003), nos dá a seguinte definição de anáfora:

Anáfora pode ser um elemento Pro ou um SN, que remete (retomando ou não) a um elemento chamado *fonte*, expresso por um SN, ou um SV, ou uma oração, ou um seguimento textual. Podem ainda ocorrer em casos em que a fonte não está lexicalmente explícita, mas é inferível do contexto ou de conhecimentos conceituais que envolvem esquemas cognitivos.

Trata-se de uma definição ampla, que tanto abrange o cotexto [anterior ou posterior] como o contexto, e inclui, muitas vezes, traços dêiticos decorrentes da escolha pelo tipo de determinante. Por isso pensamos que tratar de *Formas Nominais Referenciais* no lugar de *anáforas* seja mais produtivo, ainda que não seja nosso objetivo propor classificações.

O que procuramos defender aqui é que:

- O discurso constrói o objeto a que faz remissão;
- a construção desse objeto se dá de maneira estratégica [porque visa à concretização de um projeto de dizer];
- essas estratégias de construção envolvem colaboração mútua [que, portanto, o objeto é construído interativamente];
- essa colaboração envolve, necessariamente, inserção dos parceiros em uma moldura sociocognitiva próxima e
- as estratégias usadas para construção do objeto-do-discurso e, portanto, para a progressão referencial, são [dentre elas, as formas nominais referenciais], responsáveis pela progressão textual e manutenção do quadro tópico.

Exemplificamos com um artigo de opinião publicado na *Folha de São Paulo* no dia 24/03/2005, assinado por Demétrio Magnoli. Podemos verificar, na elaboração do texto, que o autor traça um perfil do que seria para ele [e para o que ele pretende que o leitor interprete] “*A queda*” .

O texto progride, e o tópico mantém-se graças a uma construção progressiva do objeto introduzido. Essa construção se dá, em grande parte, por escolhas lexicais que dão pistas ao interlocutor sobre a interpretação desejada:

opinião

São Paulo, quinta-feira, 24 de março de 2005

DEMÉTRIO MAGNOLI

A queda

1. A democracia é o conflito organizado. Nas suas duas formas básicas, o jogo democrático oferece recompensa e riscos à classe política.
2. No sistema parlamentar, o Executivo é uma emanção do Parlamento. A maioria parlamentar nomeia o primeiro-ministro e governa por meio do seu gabinete. O chefe de governo e seus ministros podem cair por decisão dessa maioria. Em compensação, no caso de impasse, o chefe de Estado antecipa eleições, encerrando o mandato dos parlamentares.
3. No sistema presidencial, o Executivo é independente. O presidente tem mandato fixo, bem como os parlamentares. O presidente governa auxiliado pelos ministros, que nomeia sem interferência do Parlamento. Mas a maioria parlamentar pode bloquear iniciativas do Executivo, impondo ao presidente mudanças de rota política e programática.
4. O sistema político brasileiro degenerou a ponto de se tornar inclassificável. A classe política distorceu o jogo democrático de modo a acumular as recompensas e extirpar os riscos dos dois sistemas. O Executivo usufrui de mandato fixo, mas tem a estranha garantia de que seus projetos essenciais não serão recusados no Parlamento. A maioria parlamentar nomeia, indiretamente, os ministros, mas não governa e não corre o risco de enfrentar eleições antecipadas. A regra do jogo é parasitar o aparelho de Estado.
5. *A transação entre os políticos esvaziou a política de seu sentido público. Um Mercadante sacrifica qualquer programa em troca do cargo de*

governador paulista; um Calheiros tem como programa servir ao poder de turno, e ser servido por ele; um Severino nem sequer sabe o que é programa (na acepção política) e contenta-se em prover sua clientela com sinecuras públicas(1). **O espetáculo deprimente do comércio de ministérios** (3) não é propriamente uma novidade, mas a linguagem que o reveste não tem precedentes. Mercadantes, Calheiros e Severinos (1) acreditam que a opinião pública perdeu a capacidade de discernir política de corrupção.

6. Maquiavel ensinou que o príncipe virtuoso ergue instituições sólidas. Tradução: na política, a virtude é pública, não privada, e depende das regras do jogo. **A putrefação da democracia brasileira** (3) é fruto de regras que premiam os Mercadantes, Calheiros e Severinos (1), selecionando uma classe de parasitas da coisa pública (2).
7. **A queda** (4) não começou no governo Lula, mas foi acelerada pela dinâmica de um governo fundado no pecado original da renúncia programática. Hoje, o presidente é refém da escória política que adquiriu poder suficiente para exigir sem rodeios o pagamento de resgates provisórios e sucessivos sob a forma de pedaços específicos da máquina do Estado. A recusa presidencial em pagar a parcela vencida do resgate poderia representar uma mudança de rumo, mas provavelmente apenas acrescenta juros ao próximo desembolso.
8. **O baile da ilha Fiscal** (5) tem efeitos corrosivos que não atingem apenas o governo ou a classe política, mas as próprias bases da democracia. A figura do "condottieri", do tribuno da plebe, move-se nas franjas do sistema político brasileiro à espera de uma nova oportunidade. O discurso da virtude moral, dirigido contra os políticos e o jogo político, foi a base do governo Collor e, em tom menor, da candidatura Ciro Gomes. O governo Lula reativa seu apelo popular, descortinando o caminho para pretendentes ao papel de salvador da pátria.

Veja-se como a escolha das formas nominais referenciais colaboram na orientação argumentativa e possibilita a construção conjunta do objeto-do-discurso nos parágrafos 5; 6; 7 e 8:

(1) *A transação entre os políticos esvaziou a política de seu sentido público. Um Mercadante sacrifica qualquer programa em troca do cargo de governador paulista; um Calheiros tem como programa servir ao poder de turno, e ser servido por ele; um Severino nem sequer sabe o que é programa (na acepção política) e contenta-se em prover sua clientela com sinecuras públicas.*

[...] Mercadantes, Calheiros e Severinos acreditam que a opinião pública perdeu a capacidade de discernir política de corrupção.

Pode-se observar a dependência associativa que se dá entre as formas *um Mercadante*; *um Calheiros* e *um Severino* com relação ao enunciado anterior [*A transação entre os políticos esvaziou a política de seu sentido público*]; no entanto, tais formas são introduzidas no discurso como se fossem novas, sugerindo uma *recategorização* dos nomes próprios em questão – que de próprios passam a comuns. O que permite essa recategorização parece ser um dado *traço* comum às pessoas [os políticos] *Mercadante*, *Calheiros*, *Severino* com os papéis que estas representam²¹

É importante ressaltar que a dependência associativa que se observa entre os nomes *Mercadante*, *Calheiros* e *Severino*, ancorados à expressão *os políticos* do enunciado anterior, dá-se pelo conhecimento de mundo dos interlocutores. Parece claro que há, aí, uma relação de ingrediência [situada]. No entanto, ao serem introduzidas por indefinido, as expressões *um Mercadante*; *um Calheiros* e *um Severino* já não mais retomam a expressão *os políticos* e sim remetem aos *políticos que esvaziaram a política de seu sentido público*. Isso nos leva a crer que não há uma retomada pontual de referentes, mas uma operação de nominalização [ou de rotulação] neste processo.

O que nos permite tratar essas formas como *referenciais* é o fato de podermos recorrer ao cotexto precedente e ao conhecimento de mundo do leitor para classificá-las, em uma primeira instância, como o protótipo de *político*. Protótipo este, que sofrerá recategorização posterior, mas que, ainda assim pertencerá à classe política.

²¹ Ilari (2005), ao comentar esse tipo de anáfora, diz, entre outras coisas, o seguinte:

“[...] Poderíamos nos perguntar que operações retóricas intervêm nessas retomadas: ela tem certamente algo a ver com a figura da antonomásia, pela qual o anfitrião da peça se torna o símbolo de todas as pessoas que hospedam alguém; ele tem também alguma coisa em comum com o processo de identificação de papéis temáticos, porque partimos de casos singulares e abstraímos deles algumas representações mais gerais [...]”

Em *Mercadantes, Calheiros e Severinos* acontece algo semelhante à construção que se dá por *um + nome próprio*, com a diferença de que aqui, já ancoradas na construção anterior, o nome pluralizado é apresentado como conhecido do leitor.

Semelhante estratégia é usada em

A putrefação da democracia brasileira é fruto de regras que premiam os Mercadantes, Calheiros e Severinos

Em que se pode comprovar a recategorização operada nos nomes pelo excerto

(2) [...] é fruto de regras que premiam os Mercadantes, Calheiros e Severinos, selecionando uma classe de parasitas da coisa pública.

o que vem confirmar a expectativa primeira do leitor, quando da introdução dos nomes por meio do artigo indefinido.

O que é relevante para o que se defende aqui, no entanto, é o fato de que essa *recategorização*, ou melhor, a escolha por esse tipo de estratégia, imprime uma avaliação do autor e, em consequência, há uma *condução* para o que o autor projetou desenhar como *a queda*

(3) “O espetáculo deprimente do comércio de ministérios [...]”; “A putrefação da democracia brasileira [...]”

Essas expressões “empacotam” o conteúdo do cotexto precedente, rotulando-o. Têm como característica comum, o fato de apresentar o *novo* com capa de *velho*. Desse modo, ocorre uma orientação no sentido de levar o leitor a construir, conjuntamente com o produtor [ainda que não concorde], o que seria, para este último, *a queda*.

- (4) **A queda** não começou no governo Lula, mas foi acelerada pela dinâmica de um governo fundado no pecado original da renúncia programática.

A forma nominal *a queda*, cumpre a proposta do produtor. Trata-se de um objeto que vem sendo perfilado desde o começo do texto. Apesar de ser, como no exemplo (3), um SN rotulador e apresentar propriedades semelhantes às das formas do exemplo acima, por se tratar de uma *nominalização*, esse sintagma consegue encapsular quase todas as predicções cotextuais – tanto anteriores quanto posteriores.²²

- (5) O baile da ilha Fiscal [...]

Esta expressão, apesar apresentar-se de forma parecida com as do exemplo (3), ou seja, apesar de empacotar conteúdos do cotexto precedente, funcionando como rotuladora, trata-se de um elemento forte para a comprovação de nossa hipótese de trabalho, pois, além de colaborar para a construção do objeto temático por remissão ao cotexto, apela para o conhecimento de mundo do leitor, dado que remete à queda do Império, por golpe, quando, em novembro de 1889, no palácio da ilha Fiscal, no Rio de Janeiro, comemoravam-se as bodas de prata da princesa Isabel com o Conde d’Eu, enquanto no Clube Militar, Benjamin Constant presidia uma reunião que resultaria em golpe militar. Mais que isso, a expressão *o baile da Ilha Fiscal* remete ao luxo, à pompa em que se cobriam os nobres e ao descaso pelo fato de vários outros países já terem proclamado a República.

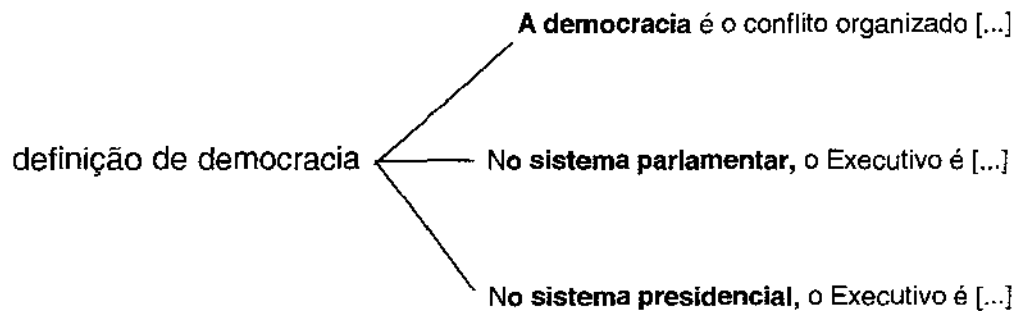
²² Gill Francis (1994), em seus estudos, faz uma divisão dos rótulos em *prospectivos* e *retrospectivos* em que os primeiros seriam preditivos e os segundos avaliativos. O que se observa, no entanto, no texto em questão é que a forma nominal *A queda* tanto rotula [e nominaliza] predicções anteriores quanto posteriores à sua realização lexical. Talvez seja importante que se observe a diferença que se dá entre nominalizações e outros tipos de nomeações [rotulações]. Ao que parece, as nominalizações [a julgar pelo texto apresentado] possuem a capacidade de encapsular um número maior de informações e deveriam, portanto, ser tratadas separadamente.

É interessante notar a remissão que faz essa expressão [*o baile da Ilha Fiscal*] à vulnerabilidade [imperícia] do Império, pois enquanto este estava ameaçado, os nobres dançavam na Ilha Fiscal.

Observe-se como se dá a progressão referencial e manutenção tópica no texto dado :

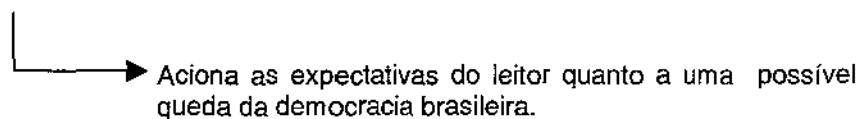
1. O título : **A queda** [introduz o tópico e sinaliza um projeto de dizer]

2. Os três primeiros parágrafos :



3. O parágrafo 4:

A degeneração do sistema político brasileiro [o começo da queda]



4. Parágrafos 5; 6 e 7 : concretizações evidentes da queda: orientação argumentativa por estratégias referenciais , sendo que o parágrafo 7 retoma o título *a queda*, já como objeto dado para o leitor.
5. Parágrafo 8: **O baile da Ilha Fiscal**: já não remete mais à queda moral da democracia e sim ao fim do governo imperial, à queda do imperador por um golpe : “A figura do "condottieri", do tribuno da plebe, move-se nas franjas do sistema político brasileiro à espera de uma nova oportunidade.”

Este parágrafo, então, introduz uma ruptura no conceito de *queda*. Essa ruptura re-orienta o olhar do leitor para a possibilidade de uma nova construção de sentido para o objeto *queda*. Há aqui uma possibilidade de se ler *queda* como iminência de golpe, em decorrência da vulnerabilidade em que se encontra o sistema.

O objeto “*A queda*” manteve-se em estado ativo no decorrer do fio discursivo e muito da manutenção desse estado deveu-se às escolhas por formas nominais que cumprissem o objetivo de construí-lo segundo o enquadramento sociocognitivo dos interlocutores.

2.2. As estratégias

Partindo do pressuposto de que a manutenção em estado conceptual ativo ou acessível [tomando de Chafe a noção de referente como imagem mental – conceito] de um dado objeto introduzido no texto, é o que nos dá a progressão referencial e, portanto, a manutenção tópica e conseqüente progressão textual, são várias as estratégias que co-ocorrem em um único texto:

2.2.1. As anáforas diretas

Julgamos relevante definir as anáforas diretas [AD], assim como demonstrar o seu funcionamento em um dos textos em que trabalhamos, a fim de reforçarmos nossa hipótese de que seriam as formas nominais, não necessariamente as correferenciais, as grandes responsáveis pela progressão textual e conseqüente construção de objetos-de-discurso.

Antes, porém, que discutamos as AD e alguns tipos de Anáforas Indiretas, optamos por reproduzir integralmente um dos textos que será analisado, pois sua fragmentação poderá prejudicar a análise:

FOLHA ilustrada

São Paulo, terça-feira, 13 de julho de 2004

FERNANDO BONASSI

Os traficantes cuidarão bem de nós

Os traficantes nacionais são mundialmente conhecidos. Eles lecionam fraudes em conluio, depositam dinheiros escusos e desenvolvem tecnologia de sementes pelos cinco continentes. Vestem-se com esmero, criam empregos com planos de promoção e pagam os maiores salários para a ocasião.

Podem ser comunistas ilustrados ou direitistas obtusos, que o aspecto ideológico sempre foi algo confuso entre nós. Podem movimentar recursos próprios, alheios ou públicos, pois desconhecem de perto a pátria desse capitalismo. A velha Europa protestante, por exemplo, costuma lhes dar a guarita de contas secretas, desde que comprem as devidas indulgências de seus serviços bancários contaminados pelos patrimônios genocidas que acumularam.

Alguns desses maus elementos, entrevistados, fotografados e fichados

pelas polícias mais badaladas do planeta, não são, no entanto, nem mais ou menos identificados como **bandidos** por aqui. Nada mais natural! É uma questão de cultura: há lugares onde administram bem, há outros onde administram o mal.

Afinal **os traficantes** não têm culpa de terem sido expulsos do sistema educacional. Está certo que não tinham bom comportamento, mas na escola do desleixo e do crime acabaram se conformando nos mesmos diplomas da visão maniqueísta que atinge a todos, especialmente **os outros traficantes, aqueles de livros didáticos**, sempre preparados para uma aula de moral e civismo em livros que são pagos, mas não são feitos ou, quando são editados, não são distribuídos.

O prejuízo desses folhetinhos de auto-ajuda é apenas mais uma de suas piadas sem graça!

Os traficantes de armas, entre outros desta praça, dispõem de uma rede muito bem estruturada de transporte, atendendo seus clientes onde quer que estejam intocados, por terra, mar e ar, entregando minas terrestres, bazucas, metralhadoras e granadas para as gangues revoltadas.

Quando armações mais sutis são necessárias, entregam-se pizzas temperadas para CPis viciadas em rituais de marmelada.

Por essas e outras esferas lucrativas, pode haver disputa entre as facções independentes. Então pescoços são cortados, membros são arrancados e cadáveres são exibidos pelas televisões de caridade em rede de mediocridade, para que ninguém tenha dúvida de quem manda por aqui. Quanto aos celulares que se ouvem em qualquer parte, devem ser desligados quando começa o espetáculo da carnificina, poupando os mais ingênuos dessas imagens desgostosas e palavras escabrosas.

Nisso estão associados **aos traficantes de órgãos**, que realizam qualquer sonho de grandeza ou beleza, remetendo porções de nossa gente cordial para os centros cirúrgicos mais equipados dos condomínios fechados.

Quanto à violência no sistema penitenciário, as mães e mulheres dos presidiários estão em assembléia permanente, reunindo-se, com o beneplácito das autoridades incompetentes, para propor paz nas cadeias, uma vez que os PMs aposentados não estão conseguindo arcar com as responsabilidades do Estado e do lar ao mesmo tempo, pedindo adiamento dos vencimentos com a miséria dos pagamentos.

Os traficantes de drogas gerenciam morros e bairros inteiros, distribuindo roupas, comida e quadras esportivas, além de empregos

arriscados à juventude louca para fazer qualquer coisa de sua vida cheia de energia.

Os traficantes de escravas brancas, por seu turno noturno, compõem uma rede de agências de viagens minúsculas e escuras (de porta de cadeia mesmo, como certos advogados que exigem direito de defesa para tudo que se move), mas com diversos destinos agradáveis à mão; é apenas questão de escolha para o rufião.

Quanto às mulheres, qual você prefere: morrer de amor, de Aids ou de fome?

Os traficantes de animais operam nas matas devastadas, nas florestas comprometidas ou nos zoológicos estaduais, encontrando sempre um bicho de estimação exótico para as angústias bestiais dos admiradores internacionais.

Os fraudadores do fisco nem precisam ir muito longe. Basta mudar de firma, deixar falir aquela e se candidatar à representação popular. **Muitos traficantes de sonho** deixaram na rua da amargura os compradores de apartamentos nos desdobramentos jurídicos de suas obras fantasmas. Aliás, é sempre prudente lembrar que **os nossos traficantes** têm todo acesso à Justiça, em nome da moralidade da lei. Quanto à moralidade dos homens, o que se cheira nesses processos em carreiras, fica por conta dos juízos, vícios ou sentenças de uns e outros que aspiram o bem comum.

Há também **os falecidos traficantes de influência**, muitos deles com experiência de governo, que agora são ouvidos com atenção, esquecidos todos nós da tensão que provocaram e dos estragos que causaram em seus momentos de fascismo glorioso e subsídios desenvolvimentistas.

Até onde sabemos, **os anões pregados no orçamento** continuam com o patrimônio avantajado dentro dos bolsos obesos, para dar satisfação às suas brancas de neve e de herança às mulheres entediadas. Quanto ao fato de **os criminosos** terem se juntado numa assembléia de pervertidos, que sejam representativos, uma vez que **os malandros** podem se espalhar por todos os partidos.

Só **a elite dos traficantes** poderá nos dar educação, alimento, prosperidade e proteção: **eles** são mais bem organizados.

Em Marcuschi (2001), encontramos a seguinte definição de anáfora direta:

Em geral, postula-se que as *AD* retomam referentes previamente introduzidos, estabelecendo uma relação de co-referência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Parece haver uma equivalência semântica e, sobretudo, uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente. Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado. [...] Pode-se dizer que a visão clássica de anáfora direta se dá com base na noção de que a anáfora é um processo de *reativação de referentes prévios*.

Podemos verificar, que no texto apresentado, não são as anáforas diretas que lhe conferem continuidade; este apresenta-se como uma “listagem”, dado que cada parágrafo inicia-se por expressões remissivas não-correferenciais [anáforas indiretas]. É justamente essa “indiretude” que proporciona a construção de sentidos nesse tipo de texto. A interação aqui é evidente. Os excertos (1), (2), (3), (4),(5) , (6) e (7) não se ligam por uma relação linear de retomada de referentes e sim por *indução ou ativação de referentes, envolvendo atenção cognitiva dos interlocutores e processamento local* (Marcuschi, op.cit.).

Neste texto, as anáforas diretas seriam os elementos *Pro* e \emptyset . A transição entre os parágrafos, como dito anteriormente, se dá por anáforas *indiretas* :

(1) **Os traficantes nacionais** são mundialmente conhecidos. **Eles** lecionam fraudes em conluio, \emptyset depositam dinheiros escusos e \emptyset desenvolvem tecnologia de sementes pelos cinco continentes. \emptyset Vestem-se com esmero, \emptyset criam empregos com planos de promoção e \emptyset pagam os maiores salários para a ocasião.

.....

(2) [...] **Alguns desses maus elementos**, \emptyset entrevistados, \emptyset fotografados e \emptyset fichados pelas polícias mais badaladas do planeta, não são, no entanto, nem mais ou menos identificados como bandidos por aqui. Nada mais natural! É uma questão de cultura: há lugares onde \emptyset administram bem, há outros onde \emptyset administram o mal.

.....

(3) Afinal **os traficantes** não têm culpa de terem sido expulsos do sistema educacional. Está certo que \emptyset não tinham bom comportamento, mas na

escola do desleixo e do crime Ø acabaram se conformando nos mesmos diplomas da visão maniqueísta que atinge a todos, especialmente

(4) **os outros traficantes, aqueles de livros didáticos**, sempre preparados para uma aula de moral e civismo em livros que são pagos, mas não são feitos ou, quando são editados, não são distribuídos. O prejuízo desses folhetinhos de auto-ajuda é apenas mais uma de suas piadas sem graça!

(5) **Os traficantes de armas**, entre outros desta praça, dispõem de uma rede muito bem estruturada de transporte, Ø atendendo **seus** clientes onde quer que estejam intocados, por terra, mar e ar, Ø entregando minas terrestres, bazucas, metralhadoras e granadas para as gangues revoltadas.

[...]Nisso Ø estão associados a

(6) **os traficantes de órgãos, que** realizam qualquer sonho de grandeza ou beleza, Ø remetendo porções de nossa gente cordial para os centros cirúrgicos mais equipados dos condomínios fechados.

(7) **Os traficantes de drogas** gerenciam morros e bairros inteiros, Ø distribuindo roupas, comida e quadras esportivas, além de empregos arriscados à juventude louca para fazer qualquer coisa de sua vida cheia de energia. [...]

2.2.2. As anáforas indiretas

Segundo Koch (2004),

Têm-se anáforas indiretas toda vez que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de relação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associações e/ou inferências.

Para Marcuschi (ibidem),

Mesmo inexistindo um vínculo de retomada direta entre uma *AI* e o contexto, persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão. A *AI* é um caso de *referência textual*, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local.

Observe-se como, no texto-exemplo, são exatamente as retomadas indiretas que permitem a construção do objeto-do-discurso. O *vínculo coerente na continuidade temática*, ao qual se refere Marcuschi (op.cit), se dá em decorrência do enquadramento sociocognitivo dos interlocutores:

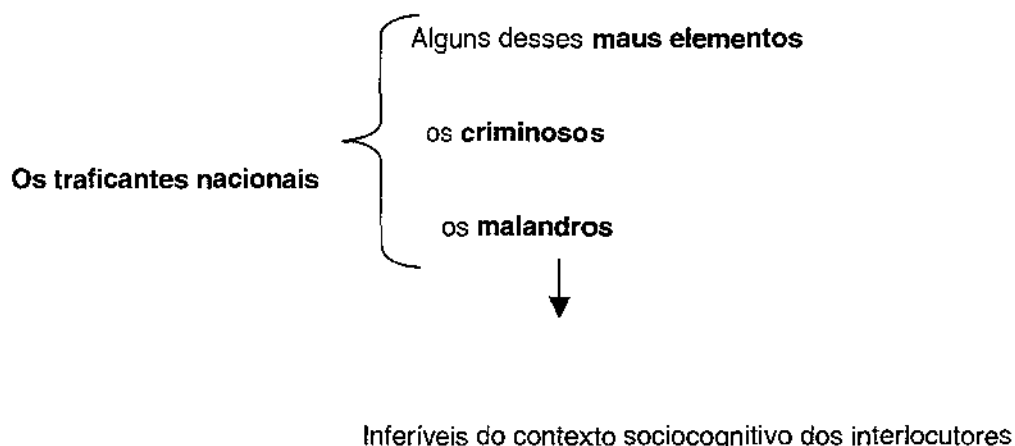
Os traficantes nacionais são mundialmente conhecidos. Eles lecionam fraudes em conluio, depositam dinheiros escusos e desenvolvem tecnologia de sementes pelos cinco continentes. Vestem-se com esmero, criam empregos com planos de promoção e pagam os maiores salários para a ocasião.

[...] **Alguns desses maus elementos**, entrevistados, fotografados e fichados pelas polícias mais badaladas do planeta, não são, no entanto, nem mais ou menos identificados como bandidos por aqui. Nada mais natural! É uma questão de cultura: há lugares onde administram bem, há outros onde administram o mal.

[...]

Até onde sabemos, os **anões** pregados no orçamento continuam com o patrimônio avantajado dentro dos bolsos obesos, para dar satisfação às suas brancas de neve e de herança às mulheres entediadas. Quanto ao fato de **os criminosos** terem se juntado numa assembléia de perversos, que sejam representativos, uma vez que **os malandros** podem se espalhar por todos os partidos.

Só a **elite dos traficantes** poderá nos dar educação, alimento, prosperidade e proteção: **eles** são mais bem organizados.



a elite dos traficantes → eles

O elemento pro *eles* não é correferencial: não se refere a todos os traficantes; mas apenas à elite [aos *criminosos* que se juntaram *numa assembléia de pervertidos*; aos *malandros* que se espalham pelos partidos]. Não se trata, portanto, de uma anáfora direta.

2.2.2.1. (Re)categorizações

2.2.2.1..1. Hiponímia /Hiperonímia

O excerto que se segue ilustra a tese de Mondada & Dubois (2003) de que, “nos processos de categorização, as categorias prototípicas ou estereotípicas são primeiro consideradas como base mais disponível e compartilhável para a comunicação e em seguida sofrem modificações capazes de deslocá-las de um ponto central de seu domínio semântico para um ponto periférico ou um ponto que provoca uma recategorização radical.”

Os processos de hiponímia /hiperonímia tanto podem funcionar como atualizadores dos conhecimentos dos interlocutores (retomada por hiperônimos), como afirma Koch (2004), como podem funcionar como especificadores como bem nos mostra essa autora:

Trata-se aqui, da *anáfora especificadora*, que ocorre nos contextos em que se faz necessário um refinamento da categorização [...] este tipo de anáfora permite trazer, de forma compacta, informações novas a respeito do objeto-de-discurso.

Note-se no exemplo, que algumas informações, embora novas, são apresentadas como se fossem velhas para o leitor, caracterizando uma orientação argumentativa, que o encaminhará até a recategorização radical de expressões que o leitor não conceberia, em outros contextos, como *traficantes*. Ao remeter aos *traficantes nacionais* por hipônimos (traficantes de armas, de drogas, de escravas brancas e de animais), o autor mantém uma base compartilhável para a comunicação, uma vez que são expressões que se enquadram facilmente na categoria de traficantes nacionais, dado o conhecimento partilhado por ambos [produtor e leitor] :

Os traficantes nacionais são mundialmente conhecidos. Eles lecionam fraudes em conluio, depositam dinheiros escusos e desenvolvem tecnologia de sementes pelos cinco continentes. Vestem-se com esmero, criam empregos com planos de promoção e pagam os maiores salários para a ocasião.

[...]

Os traficantes de armas, entre outros desta praça, dispõem de uma rede muito bem estruturada de transporte, atendendo seus clientes onde quer que estejam intocados, por terra, mar e ar, entregando minas terrestres, bazucas, metralhadoras e granadas para as gangues revoltadas.

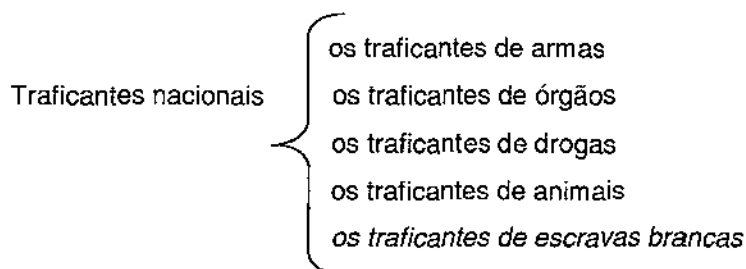
[...] Nisso estão associados aos **traficantes de órgãos**, que realizam qualquer sonho de grandeza ou beleza, remetendo porções de nossa gente cordial para os centros cirúrgicos mais equipados dos condomínios fechados.

Os traficantes de drogas gerenciam morros e bairros inteiros, distribuindo roupas, comida e quadras esportivas, além de empregos arriscados à juventude louca para fazer qualquer coisa de sua vida cheia de energia.

[...] **Os traficantes de escravas brancas**, por seu turno noturno, compõem uma rede de agências de viagens minúsculas e escuras (de porta de cadeia mesmo, como certos advogados que exigem direito de defesa para tudo que

se move), mas com diversos destinos agradáveis à mão; é apenas questão de escolha para o rufião.

Os traficantes de animais operam nas matas devastadas, nas florestas comprometidas ou nos zoológicos estaduais, encontrando sempre um bicho de estimação exótico para as angústias bestiais dos admiradores internacionais.



Base mais disponível e compartilhável para a comunicação

2.2.2.1.2. Recategorização radical

No mesmo texto, o autor, ao introduzir as expressões *os traficantes de livros didáticos*; *os fraudadores do fisco*; *os traficantes de sonhos*; *os traficantes de influência* e *os anões pregados no orçamento*, provoca um afastamento do protótipo de traficante, conhecido pelo leitor, operando recategorização radical desses elementos. O autor conduz o leitor a inserir na categoria de traficantes elementos até então não concebidos como tal.

É importante ressaltar que o que conduz o leitor a (re)categorizar tais elementos como *traficantes* são traços comuns aos dos elementos prototípicos [por exemplo, a desonestidade] :

Os traficantes nacionais são mundialmente conhecidos. Eles lecionam fraudes em conluio, depositam dinheiros escusos e desenvolvem tecnologia de sementes pelos cinco continentes.

Vestem-se com esmero, criam empregos com planos de promoção e pagam os maiores salários para a ocasião.

[...] Afinal os traficantes não têm culpa de terem sido expulsos do sistema educacional. Está certo que não tinham bom comportamento, mas na escola do desleixo e do crime acabaram se conformando nos mesmos diplomas da visão maniqueísta que atinge a todos, especialmente **os outros traficantes, aqueles de livros didáticos**, sempre preparados para uma aula de moral e civismo em livros que são pagos, mas não são feitos ou, quando são editados, não são distribuídos[...]

Os traficantes de armas, entre outros desta praça, dispõem de uma rede muito bem estruturada de transporte, atendendo seus clientes onde quer que estejam intocados, por terra, mar e ar, entregando minas terrestres, bazucas, metralhadoras e granadas para as gangues revoltadas.

[...] Nisso estão associados aos traficantes de órgãos, que realizam qualquer sonho de grandeza ou beleza, remetendo porções de nossa gente cordial para os centros cirúrgicos mais equipados dos condomínios fechados.

Os traficantes de drogas gerenciam morros e bairros inteiros, distribuindo roupas, comida e quadras esportivas, além de empregos arriscados à juventude louca para fazer qualquer coisa de sua vida cheia de energia.

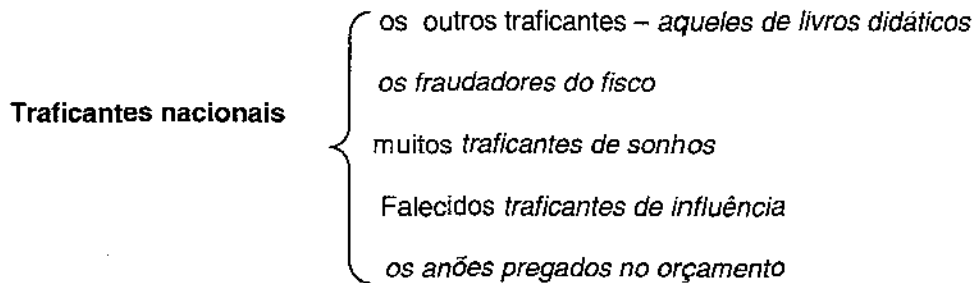
[...]Os traficantes de escravas brancas, por seu turno noturno, compõem uma rede de agências de viagens minúsculas e escuras (de porta de cadeia mesmo, como certos advogados que exigem direito de defesa para tudo que se move), mas com diversos destinos agradáveis à mão; é apenas questão de escolha para o rufião.

Os traficantes de animais operam nas matas devastadas, nas florestas comprometidas ou nos zoológicos estaduais, encontrando sempre um bicho de estimação exótico para as angústias bestiais dos admiradores internacionais.

Os fraudadores do fisco nem precisam ir muito longe. Basta mudar de firma, deixar falir aquela e se candidatar à representação popular. **Muitos traficantes de sonho** deixaram na rua da amargura os compradores de apartamentos nos desdobramentos jurídicos de suas obras fantasmas. [...]

Há também os **falecidos traficantes de influência**, muitos deles com experiência de governo, que agora são ouvidos com atenção, esquecidos todos nós da tensão que provocaram e dos estragos que causaram em seus momentos de fascismo glorioso e subsídios desenvolvimentistas.

Até onde sabemos, **os anões pregados no orçamento** continuam com o patrimônio avantajado dentro dos bolsos obesos, para dar satisfação às suas brancas de neve e de herança às mulheres entediadas.[...].



Deslocamento de um ponto central do domínio semântico para um ponto periférico, operando recategorização radical.

Recategorização radical usando nomes próprios:

São palavras do semanticista Chierchia (2003):

Por referência (ou denotação), entende-se geralmente aquilo a que um signo se refere no contexto de emissão. Categorias de expressões diferentes têm referências de tipos diferentes. Um nome próprio, por exemplo, se refere a um indivíduo. Um nome comum, por sua vez, parece se referir a uma classe de indivíduos: o nome comum *cavalo* se referirá à classe de cavalos.[...] O nome *Pavarotti* denotará o célebre tenor em qualquer contexto.

Defendemos, no entanto, conforme já assinalamos no decorrer deste trabalho, que as categorias variam *nos discursos* e que, nomes próprios, por vezes, podem referir-se a uma classe de indivíduos, como no texto a seguir:

REVISTA VEJA

Edição 1893 . 23 de fevereiro de 2005

Ensaio: Roberto Pompeu de Toledo

Entre cavalcanti e severino

*No novo presidente da Câmara
convivem, de modo equívoco e
perturbador, duas porções opostas*

O nome *Severino Cavalcanti* é uma contradição em termos. Em Pernambuco se diz que o estado é dividido entre duas categorias: a dos **cavalcantis** e a dos cavalgados. O nome **Cavalcanti** faz supor, portanto, que seu portador ocupa a metade de cima, nos atropelos da cavalgada. Mas o nome *Severino* é de outra extração. João Cabral de Melo Neto assim o caracterizou, no poema *Morte e Vida Severina*:

"Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta".

O novo presidente da Câmara, de modo equívoco e desconcertante, é severino e **cavalcanti** ao mesmo tempo. Que peso dar à porção severina e à porção **cavalcanti** que se conjugam, ou antes se toleram, ou se esbatem, em seu nome? O deputado se quer severino. Desde sempre, em sua trajetória parlamentar, se diz situado do lado fraco, o lado cavalgado, da Câmara Federal. Não se trata, *esse tipo de severino*, de severinos iguais

aos de João Cabral, os severinos retirantes, os muitos severinos que, por serem iguais na vida, são iguais também na morte,

"que é a morte de que se morre

de velhice antes dos trinta,

de emboscada antes dos vinte,

de fome um pouco por dia".

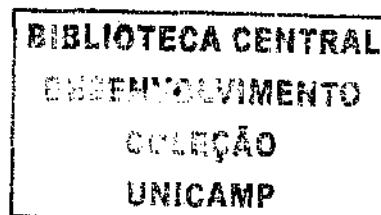
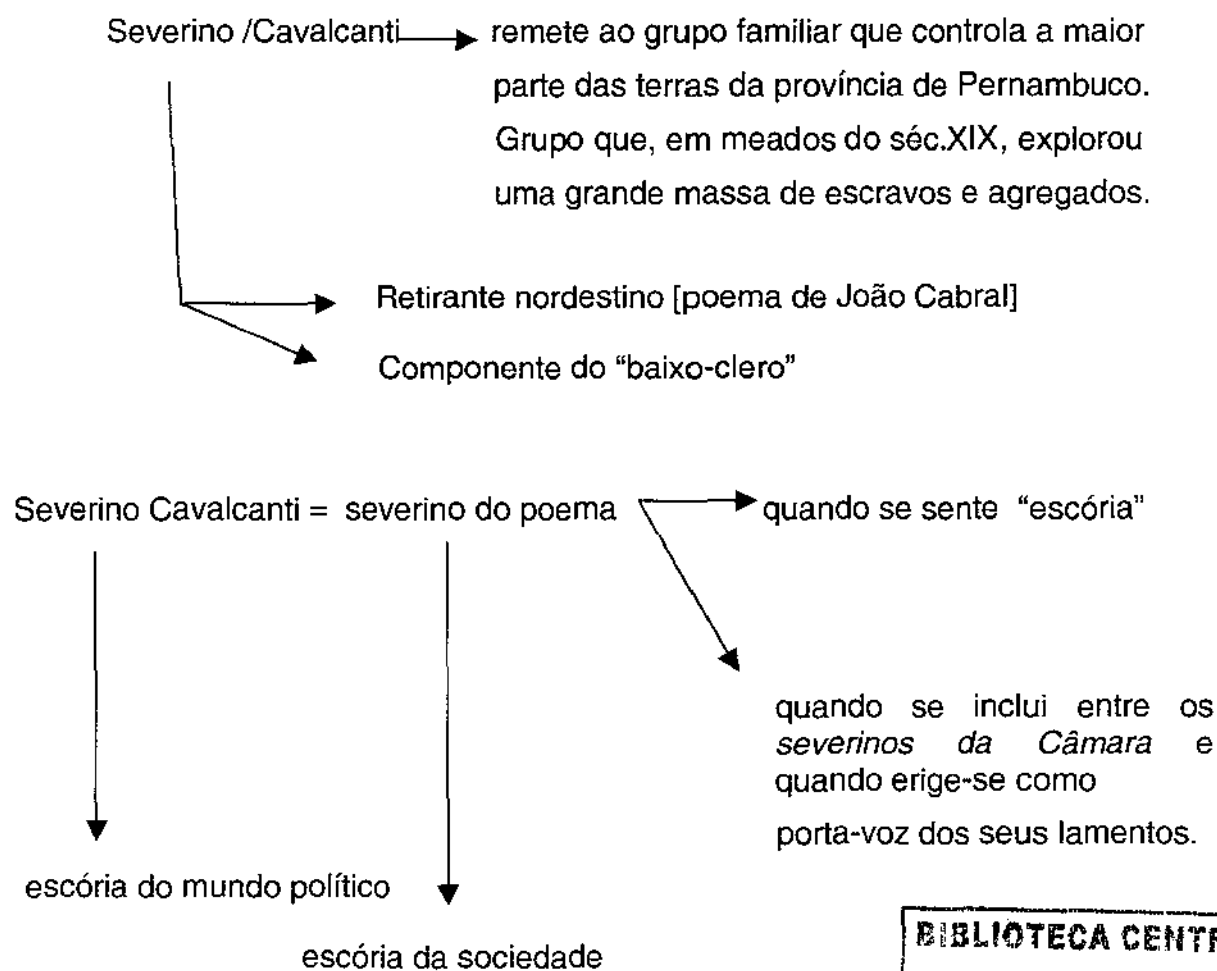
Não. São *severinos* em um outro mundo, onde não há seca nem sinas cruéis como "a de querer arrancar / algum roçado da cinza". São *severinos do mundo político*, um mundo em princípio de fartura e de oportunidades. Mas, dentro desse mundo, sentem-se a escória. Queixam-se da negligência com que são tratados, tanto pelos manda-chuvas do Poder Executivo quanto pela aristocracia parlamentar, aquela formada pelos deputados de verbo mais fácil, posições políticas mais identificáveis e presença constante nos jornais. A crônica política batizou-os, a *esses humilhados e ofendidos do Parlamento, de baixo clero*. Assim como há os sem-terra e os sem-teto, eles seriam, ou pretendem ser, no mundo do poder, os sem-poderes. *Severino Cavalcanti* não só sempre se considerou um deles, como se erigiu no porta-voz de seus lamentos. Nesse sentido, vá lá, é um severino. Mas...

Mas com que armas e que bandeiras se puseram *os severinos*, o porta-voz de suas queixas à frente, ao assalto da fortaleza defendida pela casta de privilegiados do Parlamento? Era de supor que com propostas e idéias. Do baixo clero, quando aspira ao cardinalato, o mínimo que se espera é que se esmere no latim e se empanturre de teologia. É do máximo bom-tom, mesmo que não seja sincero, que se deixem de lado pleitos que representem vantagens pessoais ou cheirem a privilégios.

Pois *Severino Cavalcanti*, em sua cavalgada em direção à presidência da Câmara, fez tudo ao contrário. Jogou-se com apetite **cavalcanti** à captura de um tesouro de benesses – aumento de salários para os deputados, aumento de funcionários a serviço deles, aumento de viagens boca-livre... De quebra, e não menos importante, aumento considerável na possibilidade de mordidas no bolo saboroso do Orçamento. *Severino Cavalcanti* fez-se de severino, mas apresentou-se a seus pares com *um primor de plataforma cavalcanti*. Foi assim que ganhou. *Os severinos da Câmara* estão longe dos severinos de João Cabral, aqueles que só carregam "coisas de não: / fome, sede, privação". Carregam coisas de sim – mandato, funcionários, casa de graça, emendas ao Orçamento. E votaram para ter mais. Protege-os um mestre e guia cuja aparência severina, à semelhança deles, esconde **uma alma cavalcanti**.

Os nomes próprios, aqui, são recategorizados conforme o papel que representam. Isso pode ser confirmado pelo título (*Entre cavalcanti e severino*), cujos nomes são grafados com iniciais minúsculas sugerindo que representam uma classe de indivíduos. Portanto, a leitura será orientada para papéis e não propriamente para os nomes. Isso é o que constrói o objeto *Severino Cavalcanti*: um *severino da Câmara* [em analogia ao severino do poema de João Cabral de Melo Neto] de alma cavalcanti [em remissão ao poderoso grupo dos Cavalcantis de Pernambuco].

Como nos outros exemplos apresentados, as Formas Nominais Referenciadoras são, neste texto, as principais peças do jogo que se faz de remissões e nomeações. Autor e leitor negociam conhecimentos históricos, literários e imagéticos na construção do objeto-do-discurso:



Severino Cavalcanti e severinos da Câmara → aparência severina e alma cavalcanti.

2.2.2.1.3. Rotulações (Francis,1994)

Nominalizações (Apothéloz e Chanet,1997) / Encapsulamento anafórico (Conte, 1996) / nomeações (Cavalcante, 2001)

Para Francis (1994), os rótulos funcionam tanto retrospectiva como prospectivamente. São expressões que se referem a uma porção do contexto anterior ou posterior, nominalizando-a.

Para Conte (1996)

O encapsulamento anafórico é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. O sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa. Pelo encapsulamento anafórico, um novo referente discursivo é criado sob a base de uma informação velha [...]

Para Schwarz (2000), os rótulos são anáforas “complexas”, cujo núcleo não nomeia um referente específico, mas consta de termos genéricos como ESTADO, FATO, EVENTO, ATIVIDADE, etc.

Para Koch (2004: 71),

[...] tais expressões, cumprem, assim, duas funções: *rotulam* uma parte do contexto que as precede e estabelecem um novo referente, que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para o parágrafo subsequente [...]

Ainda para Koch (2001:4), as expressões rotuladoras

[...] possuem, portanto, uma importante função na introdução, mudança ou desvio de tópico, bem como de ligação entre tópicos e subtópicos. Ou seja, elas introduzem mudanças ou desvios do tópico, preservando, contudo, a continuidade tópica, ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada. Desta forma, são responsáveis simultaneamente pelos dois grandes movimentos de construção textual: **retroação** e **progressão**.

Observemos como funcionam as expressões rotuladoras no texto:²³

O que aprendem os militares nas suas escolas? O que aprendem os policiais em suas academias? Pagamos impostos para colocar armas nas mãos dessas pessoas, servidores públicos como quaisquer outros, mas não temos muita noção de como são formados. Ou melhor, vemos indícios de como são instruídos quando temos de deplorar policiais facinorosos, quadrilhas de delegados federais e **acintes** como essa nota do Comando do Exército que louvou tortura, assassinato e ditadura.

A história **dessa nota insolente**, atrevimento de resto inconstitucional, ainda não terminou. Primeiro, porque ainda não está esclarecido quem a redigiu, quem a despachou e quem autorizou toda a **lambança**. A depender dos esclarecimentos, teria de haver a demissão do comandante do Exército ou, se tudo foi obra de um general subordinado, em prisão por motivo disciplinar e banimento da lista de promoções.

Segundo, porque há militares capazes de redigir **tais desplantes**. Pior ainda, diz-se que o general relações-públicas que teria soltado a nota é inimputável, pois **o texto** é apenas a resposta padrão do Exército a perguntas sobre a repressão [...] (Torres Freire, Vinícius .Quem educa os militares. FSP 25/10/04

Essa nota do comando do exército que louvou tortura assassinato e ditadura
(exófora)

acinte

dessa nota insolente

a lambança

tais desplantes

o texto (ponto de vista de quem diz que o general que redigiu a nota é inimputável)



Rótulos: referem-se a uma porção do texto, anterior ou posterior, nominalizando-a

²³ Anexo 2

Observe-se como o sintagma rotulador *acintes* introduz no texto uma expressão inteira [*essa nota do comando do exército que louvou tortura, assassinato e ditadura*] que é retomada nos parágrafos subseqüentes por *essa nota insolente; lambança; tais desplantes e o texto* [quando introduz um segundo ponto de vista], evidenciando a apreciação do enunciador e, portanto, configurando o que defende Conte (op. Cit) que o encapsulamento pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor. Desta forma, o enunciador dá pistas da interpretação pretendida para a expressão encapsulada pelos rótulos.

2.2.2.2. As anáforas associativas

Segundo Koch (2001), a anáfora associativa é um subtipo das anáforas indiretas, cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito que pode ser reconstruído por inferência, a partir do contexto precedente e que apresenta as seguintes características prototípicas:

- a. a expressão em anáfora associativa introduz um referente novo (não há correferência)
- b. há menção prévia de um outro referente que fornece os elementos necessários para a saturação do referente novo;
- c. há necessidade de proceder a inferências para a saturação adequada do SN2.
- d. Mantém uma relação de meronímia ou ingrediência com SN1.

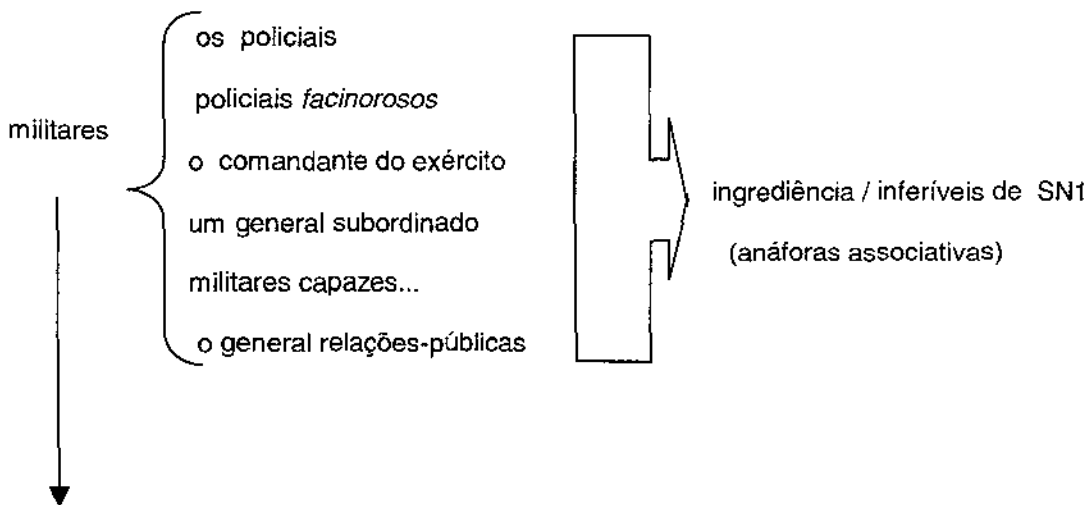
Observemos as expressões em anáfora associativa no texto que se segue:

O que aprendem **os militares** nas suas escolas? O que aprendem **os policiais** em suas academias? Pagamos impostos para colocar armas nas mãos dessas pessoas, servidores públicos como quaisquer outros, mas não temos muita noção de como são formados. Ou melhor, vemos indícios de como são instruídos quando temos de deplorar **policiais facinorosos**,

quadrilhas de delegados federais e acintes como essa nota do Comando do Exército que louvou tortura, assassinato e ditadura.

A história dessa nota insolente, atrevimento de resto inconstitucional, ainda não terminou. Primeiro, porque ainda não está esclarecido quem a redigiu, quem a despachou e quem autorizou toda a lambança. A depender dos esclarecimentos, teria de haver a demissão **do comandante do Exército** ou, se tudo foi obra de **um general subordinado**, em prisão por motivo disciplinar e banimento da lista de promoções.

Segundo, porque há **militares capazes de redigir** tais desplantes. Pior ainda, diz-se que **o general relações-públicas** que teria soltado a nota é inimputável, pois o texto é apenas a resposta padrão do Exército a perguntas sobre a repressão [...] (Torres Freire, Vinícius. Quem educa os militares. FSP 25/10/04)



Referente previamente mencionado - fornece elementos necessários à saturação dos referentes novos.

Podemos observar que as anáforas associativas apresentam-se como elementos dados para o leitor. Ou se apresentam acompanhadas de definido, ou pluralizadas, ou como parte de um universo dado [um general subordinado = um (dos) generais subordinados].

As formas nominais referenciais são desencadeadas pelo *frame* “militares” e são peças importantes na construção dos sentidos do texto. As formas que aparecem acompanhadas de especificadores [*policiais facinorosos; militares capazes de redigir tais desplantes*] apresentam-se como atualizações possíveis para o *frame*, dado o alto grau de argumentatividade dos especificadores.

O fato de apresentarem-se como expressões dadas evidencia a interação que se dá na construção do objeto.

Conclusão

No primeiro capítulo, apresentamos algumas considerações sobre a evolução das pesquisas sobre o processamento textual. Dissemos, na introdução, que esse capítulo colocaria em foco nossa escolha epistemológica e de certo modo a justificaria:

- Ao tratarmos, no item (1.1), da inserção da LT em uma linha sociocognitivo-interacionista, procuramos realçar que nesta linha estaria inserido nosso trabalho; que entendemos que a realização lingüístico-textual é o resultado de escolhas de um sujeito social e histórico, cujo discurso emerge das práticas sociais e é usado para agir no seio dessas mesmas práticas. Também entendemos que a presença do outro é indispensável para qualquer produção textual; que não há como pensar a linguagem fora de um contexto dialógico; fora de um contexto enunciativo; fora de um contexto interlocutivo.
- Ao tratarmos dos aspectos sociocognitivos do processamento textual em (1.2), procuramos evidenciar o fato de que a coerência não se encontra nos textos, mas constrói-se com base no conhecimento partilhado pelos interlocutores; sendo assim, o acionamento de esquemas mentais ou modelos cognitivos é imprescindível quando da introdução de um referente no texto. Demonstramos com o texto *Notas de rodapé para uma teoria da globalização*, de Fernando Bonassi, como é possível construir sentidos em discursos cujas formas nominais remetem não ao cotexto, mas ao conhecimento enciclopédico partilhado pelos co-enunciadores.
- Em (1.3) assumimos a indeterminação e heterogeneidade da língua, em decorrência da historicidade dos discursos, ao

assumirmos o deslizamento da noção de referência para referenciação. Aqui focamos o fato de os discursos, sendo históricos, produzirem história e assim justificarem a retomada de itens de um discurso em outro, com sentidos diferentes. Exemplificamos com a palavra *tsunami*, desconhecida do leitor brasileiro até dezembro de 2004. A partir do momento em que a mídia noticiou a tragédia ocorrida na Ásia, provocada por ondas de até 9 metros de altura, tal palavra passou a fazer parte do conhecimento de mundo dos leitores e não tardou para que adquirisse novos sentidos em outros discursos: *José Simão*, na *Folha de São Paulo* de 09/01/2005 usa a palavra *Tsunami* para referir-se a uma onda gigante de impostos:

“[...] *Aí vem uma onda gigante: IPVA, IPTU, IPI, cartão de crédito, escola. IPVA, IPTU, IPCA, IPI, ICM.* [...]“

Frei Betto, em 25/07/2005, na mesma *Folha de São Paulo* usa a expressão **toda essa "tsulama"** para referir-se à malversação, improbidade e corrupção existentes no PT.

Assim, iniciamos o segundo capítulo, onde procuramos demonstrar como, tendo em vista a instabilidade das categorias lingüísticas, é possível lançar mão de estratégias que colaboram para a construção de objetos-de-discurso, para a manutenção tópica e, conseqüentemente, para a progressão textual.

Dissemos, na introdução que pretendíamos demonstrar que a manutenção tópica não se dá apenas por um encadeamento linear de elementos pois as formas nominais remissivas são responsáveis por:

- a) ***evidenciar uma certa apreciação por parte do autor do texto:*** acreditamos que os exemplos apresentados, ricos em nomeações e recategorizações, tenham atestado a emergência do autor a partir dos processos de referenciação

b) inserir autor e leitor/ouvinte numa mesma moldura comunicativa [por ativarem conhecimentos partilhados]:

As anáforas associativas e os processos de recategorização vistos, inclusive os processos de recategorização envolvendo nomes próprios, apresentaram sempre o *novo* com capa de *dado*, revelando que o autor opera com o objeto, ativando conhecimentos que partilha com o leitor.

Mesmo quando as estratégias foram introduzidas por indefinido, ou se tratava de elemento inferível,

[...]ou, se tudo foi obra de **um general subordinado**, em prisão por motivo disciplinar e banimento da lista de promoções[...] (Torres Freire, Vinícius. Quem educa os militares. FSP 25/10/04)

ou se tratava se remissão a papéis desempenhados por nomes próprios recategorizados como comuns:

Um Mercadante sacrifica qualquer programa em troca do cargo de governador paulista; um Calheiros tem como programa servir ao poder de turno, e ser servido por ele; um Severino nem sequer sabe o que é programa (na acepção política)

c) confirmar ou frustrar expectativas do leitor/ouvinte:

O texto *A queda*, de Demétrio Magnoli, parece configurar o melhor exemplo de ruptura; de quebra na expectativa do leitor:

ao introduzir o sintagma ***o baile da Ilha Fiscal***, o autor do texto *A queda* introduz uma ruptura no conceito de queda trabalhado até então [queda moral da democracia] e re-orienta o olhar do leitor para uma nova possibilidade de leitura para o termo, uma vez que a expressão remete à queda do imperador por golpe. Há a possibilidade de se ler *queda*, então, como iminência de golpe, em decorrência da vulnerabilidade do governo.

d) em consequência de tudo isso, construir objetos-de-discurso resultantes de uma negociação entre co-enunciadores.

Acreditamos que a interação entre os co-enunciadores tenha sido evidenciada em todos os exemplos apresentados e o *jogo* com as formas tenha revelado o caráter de negociação de sentidos que se dá na construção de objetos-de-discurso.

Portanto, reafirmamos a tese de que *as formas nominais referenciais possuem um papel privilegiado para a progressão textual e manutenção tópica, uma vez que são grandes representantes das escolhas a que os usuários procedem por ocasião da construção de “objetos-de-discurso” (Mondada & Dubois, 1993).*

Esperamos que os exemplos apresentados tenham atestado a grande importância das Formas Nominiais Referenciais para a progressão textual.

Este trabalho, entretanto, não termina aqui. Se a atividade de Referenciação coloca em foco a instabilidade das categorias lingüísticas e permite ao sujeito operar escolhas no trabalho com a linguagem, isso nos leva a acreditar que o sujeito falante/escrevente, como afirma Possenti (1988) tenha um papel ativo:

[...] É que o falante tem um papel, não só o contexto ou a classe a que pertence. Se é verdade que ele não está livre das regras lingüísticas nem das sociais, também é verdade que as regras lingüísticas lhe permitem espaços e as regras sociais lhe permitem pelo menos aspirações, representações e, mesmo, rupturas de regras, *lugares onde a subjetividade se manifesta como não necessariamente assujeitada, mas sim ativa*. Se levarmos a sério a língua como resultado do trabalho e o discurso como atividade, e se considerarmos que o discurso é feito na língua, mas também atua em cada evento circunstancial sobre ela, então até parecerá correto afirmar como Goethe(apud Starobinski, 1970) que “o estilo não é (...) nem o particular puro, nem o universal, mas o particular em instância de universalização e o universal que se despe para remeter a uma liberdade singular”. [grifo meu]

e nos leva a pensar na questão do *estilo*, pois a atividade de referenciação, por evidenciar uma certa apreciação por parte do produtor, por operar com objetos-de-discurso, em um jogo enunciativo de caráter argumentativo, faz emergir o autor e acreditamos que seja este um campo fértil para se trabalhar com aprendizes: o campo da autoria, o campo do estilo.

Para isso seria necessário, como propõe Geraldi (1992, p. 164) :

Talvez seja neste tópico que mais se dará a contribuição do professor que, não sendo destinatário final da obra conjunta que se produz, faz-se *interlocutor* que, questionando, sugerindo, testando o texto do aluno como leitor, constrói-se como “co-autor” que aponta caminhos possíveis para o aluno dizer o que quer dizer na forma que escolheu. [grifo do autor]

Este, ao que parece, é um terreno promissor para a aplicação dos estudos sobre referenciação.

A proposta que se faz aqui é que se pesquise, nos textos, a relação que se dá entre referenciação e estilo.

Referências Bibliográficas:

APHOTHÉLOZ, D (1995) *Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual in* Cavalcanti, M.M; Rodrigues, B. B; Ciulla, A.L (2003) *Referenciação*. São Paulo: Contexto

AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras incertas*. As não-coincidências do dizer. Campinas, São Paulo: editora da UNICAMP.

BAKHTIN (Voloshinov) (1929-1930). *Tema e significação na língua*. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*, pp. 128 -136. São Paulo: Hucitec, 1992.

BENITES, M; FICHTNER, B & GERALDI, J.W (2005 – no prelo) *Transgressões convergentes*- Bakhtin, Vigotski e Bateson (coletânea de textos).

CAVALCANTE, Mônica Magalhães (2001). *Demonstrativos - uma condição de saliência*. /Comunicação apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza: UFC /.

_____. (2001) *Subtipos de nomeação*. /Conferência apresentada por ocasião da 53a. Reunião Anual da SBPC. Salvador: UFBA, /.

_____. (2003) *Expressões referenciais –uma proposta classificatória*. In: cadernos de estudos lingüísticos, 44:105 -118. Campinas, São Paulo.

_____. (2001). *Expressões indiciais e anáforas indiretas*. /Comunicação apresentada no I Congresso e IV Colóquio Latino-Americano de Estudos do Discurso. Recife: UFPE/.

_____ & KOCH (2005 - no prelo) *A Acessibilidade dos referentes no discurso*.

CHIAVEGATTO, V.C.(2003) *Introdução à Lingüística Cognitiva: categorização, protótipos e categorias*. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional da Abralín

CHIERCHIA, G (2003). *Semântica*. Tradução Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas, São Paulo: eduel.

CIULLA, Alena (2002). *A referenciação anafórica e dêitica - com atenção especial para os dêiticos discursivos*. 104f. Dissertação de mestrado em linguística - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza.

_____ (2001) *Dêiticos discursivos na fala e na escrita*. /Comunicação apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza: UFC.

_____ (2001) *Entre a dêixis e a anáfora*. /Comunicação apresentada no III ECEL. Fortaleza: UECE /.

CONTE, Maria Elizabeth (1996) *Encapsulamento anafórico*. In Cavalcanti,M.M; Rodrigues, B. B; Ciulla, A.L (2003) *Referenciação*. São Paulo:Contexto

_____ (2001) *Traços lexicais das rotulações*. /Comunicação apresentada no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Belo Horizonte, UFMG.

CUNHA LIMA, M.L (2001). *Construção da referência e representação lexical: por um tratamento dinâmico da semântica lexical*. In: cadernos de estudos lingüísticos, 41:149 - 164. Campinas, São Paulo.

_____ (2003) *Artigo indefinido e anáfora*. In: cadernos de estudos lingüísticos, 44 133 -144. Campinas, São Paulo.

DOOLEY, R.A & LEVINSOHN. S.H (2001). *Analysing discourse. A manual of basics concepts*. Dallas:SIL International,.(tradução de Ruth Julieta da Silva e Jonh White. Petrópolis, Vozes, 2003)

FRANCIS, G (1996). *Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais*. In Cavalcanti,M.M; Rodrigues, B. B; Ciulla, A.L (2003) *Referenciação*. São Paulo:Contexto

GERALDI, J. W. (1991) *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes.

ILARI, R. (2001) *Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam?* In: cadernos de estudos lingüísticos, 41:91-110. Campinas, São Paulo.

_____ (2005). *Alguns problemas no estudo da anáfora textual*. In KOCH, I.G.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto.

JUBRAN, Clélia C. A. S. et al (1992). *Organização tópica da conversação*. In: ILARI, R. (Org.). Gramática do português falado. Campinas/SP: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, V. 2.

KOCH. Ingedore G.V. (1997). *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.

_____ (2001). *A referenciação como atividade cognitiva e interacional* /Conferência apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza

_____ (2002) *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez

_____ (2004) *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2004) *Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial*. In: Sentido e significação – em torno da obra de Rodolfo Ilari, 244 – 262 .São Paulo: Contexto.

KOCH, I.G.V. & CUNHA LIMA, M.L. (2004). *Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo*. In: Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos (orgs. Fernanda Mussalin & Anna Christina Bentes), São Paulo: Cortez

KOCH, I.G.V & MARCUSCHI, L.A.(1998). *Processos de referenciação na produção discursiva*. Delta, 14: 169-190

MARCUSCHI, L.A.(2001). *Atos de referenciação na interação face-a-face*. In: cadernos de estudos lingüísticos, 41:37-54. Campinas, São Paulo.

_____ (2004) *.O Léxico: lista, rede ou cognição social?* In: Sentido e significação – em torno da obra de Rodolfo Ilari, 263-282 .São Paulo: Contexto.

_____ (2005). Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto.

MONDADA, L (2003). *La constrution de la référence comme travail interactif: accomplir la visibilité du détail anatomique durant une opération chirurgicale*. . In: cadernos de estudos lingüísticos, 44:57-70. Campinas, São Paulo.

_____ & DUBOIS (1995) *Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação*. Clássicos da Lingüística I, in Cavalcanti, M.M; Rodrigues, B. B; Ciulla, A.L (2003) *Referenciação*. São Paulo:Contexto

MORATO, E.M (2004). *O Interacionismo no campo lingüístico*. In Introdução à lingüísticos – fundamentos epistemológicos (orgs.Fernanda Mussalin & Anna Cristina Bentes), São Paulo: Cortez

_____ & KOCH, I.G. V. (2001).*Linguagem e cognição: os (des)encontros entre a Lingüística e as Ciências Cognitivas*. In: cadernos de estudos lingüísticos, 41:85-92. Campinas, São Paulo.

POSSENTI, Sírio (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes

SALOMÃO. M.M.M (2005).*Razão, Realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência*. In KOCH, I.G.V; MORATO, E.; BENTES, A.C. São Paulo: Contexto

_____ (1999) *A questão da construção dos sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem*. Veredas 3 (1),.

TRASK. R.L. (2004).*Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Tradução e adaptação Rodolfo Ilari; revisão técnica Ingedore Villaça Koch & Thaís Cristófaró Silva. São Paulo: Contexto

VAN DIJK, T. A. (1992). *Cognição, Discurso e interação* (organização e apresentação de Ingedore Kock). São Paulo: Contexto.

ZAMPONI, G. (2003). *Processos de Referência: Anáforas Associativas e Nominalizações*. UNICAMP – IEL : tese de doutorado.

FERNANDO BONASSI

Notas de rodapé para uma teoria da globalização

Uma borboleta bate as asas metálicas sobre o Pentágono e a tempestade dos desertos insurgentes se ergue no Oriente; os aliados dos desgovernos anteriores caem de joelhos e explodem.

Quem precisa desses comerciais de heróis e vitórias quando mal entendemos o nosso fracasso? O melhor do Brasil pode nem ser tão brasileiro assim, planejado em Chicago, financiado pelo Japão, depositado nas Ilhas Cayman, fabricado na China, plantado na Colômbia ou sintetizado em Londres...

Que diferença faz a fome dos homens que é preciso zerar?

Enquanto as escolas não ensinarem um pouquinho mais de ciência à juventude transviada e ignorante de causas e efeitos, serão os anabolizantes bovinos argentinos que realizarão seu pesadelo de beleza. Os resíduos tóxicos poderão ser a última esperança para a alucinação dos drogados.

Neste clima, os furacões até poderão se deslocar para o Hemisfério Sul, ameaçando nossas costas douradas e arqueadas, mas foi um operário esquerdista brasileiro que, vindo de baixo, atingiu a Presidência da República, realizando a fantasia de direitos norte-americanos!

Acontece que, se todos os sanduíches tivessem os mesmos índices de gordura desnecessária, a arteriosclerose, pelo menos, seria democrática em nosso continente.

Quanto à imagem, esgotada pelos defeitos especiais, os entrevistadores darão o golpe final nos entrevistados, transformando-se em celebridades inquestionáveis com perguntas desprezíveis. Os produtores indiferentes continuarão parecendo semelhantes em seu desleixo com as nossas mentes. As modelos sorridentes, os fenômenos calvos e os apresentadores grávidos reproduzirão uma nova era de prosperidade para os cadernos de cultura, com festas patrocinadas e anúncios de fertilidade nas colunas sociais. Entraremos na "era de uma vez", acreditando nas mesmas mentiras. A luta de classes terá 12 rounds, transmitida em sistema "pay-per-view".

Por falar nisso, há momentos em que tudo é possível e aqueles que enxergam longe são os primeiros a morrer... Deus, por exemplo, parece não abençoar mesmo essas crianças soviéticas, outrora carcomidas pelos comunistas e atualmente alvejadas pela polícia, entre uma ditadura e outra.

A semelhança com outras forças nacionais de insegurança no trato com reféns será considerada com desdém pelos comandantes apressados de ambos os lados.

Como agirão as companhias de petróleo (pobres na Rússia e ricas na Nigéria) ao precisarem dos nossos fósseis para a produção de combustíveis?

O bom é ser mendigo branco em Paris, por enquanto. Aliás, a esperança dos migrantes será desidratada no deserto do Arizona, hidratada no Mar Mediterrâneo ou eletrificada em Gaza.

O avião encurtou as distâncias e os salários. Os sindicatos lutarão por subempregos e a revolução poderá ser financiada em 13 prestações mensais, a juros de 20%.

O pior cego é aquele pobre, cujo transplante está na lista dos necessitados que não podem adquirir seus próprios órgãos no mercado negro.

As filas nos tornarão iguais perante a lei da espera e da procura.

Na dívida, os bancos receberão primeiro.

Na dúvida, a ordem se manterá acima do progresso, à custa de sobressaltos inventados por jornalistas covardes e publicitários corajosos o suficiente para venderem essas políticas.

As sete pragas do Egito são: o calor, a areia, a tradição, o terrorismo, royalties de tecnologia, a voragem Palestina e o exército de Israel.

Por trás de uma ONG desinteressada pode haver governantes interesseiros.

Os costureiros socialistas e os radicais estéticos de ocasião vestirão a nova nobreza entediada pela acumulação.

Se ninguém fizer um movimento inteligente, o nada será burro como antes. O sentido da vida será percebido pelo olfato. O cheiro será forte e inesquecível.

Ainda que as cotas, as bolsas e as caridades dissimuladas tornem a todos semi-alfabetizados, será menos improdutivo do que a maioria dos ignorantes confiar nuns poucos "muito letrados", como vem acontecendo.

As bolhas de desenvolvimento poderão se tornar bolhas assassinas se incomodadas no vazio do seu crescimento predatório. As empresas controlarão as matérias-primas, depois os mercados, depois os funcionários e, por fim, os próprios empresários, fazendo com que todos façam alguma coisa imprestável pela impessoalidade de seus desejos.

Os circuitos internos de TV farão companhia aos solitários fechados em condomínios. A fatura desse desprezo continuará a ser apresentada nas fronteiras minadas e nas cidades sitiadas por dentro, em cada cruzamento. Não faltará trabalho para os seguranças preocupados nem para os segurados intranquilos. O franchising dessa esperteza pode ser barato de pagar, ainda que seja um risco de vida a se colher.

A ditadura da violência poderá inutilizar os ideais de liberdade, confundidos com a defesa da própria pele a qualquer preço. Não há mágica: os culpados continuarão pagando com os inocentes, enquanto a felicidade de uns continuar dependendo da infelicidade dos outros

VINICIUS TORRES FREIRE

Quem educa os militares?

SÃO PAULO - O que aprendem os militares nas suas escolas? O que aprendem os policiais em suas academias? Pagamos impostos para colocar armas nas mãos dessas pessoas, servidores públicos como quaisquer outros, mas não temos muita noção de como são formados. Ou melhor, vemos indícios de como são instruídos quando temos de deplorar policiais facinorosos, quadrilhas de delegados federais e acintes como essa nota do Comando do Exército que louvou tortura, assassinato e ditadura.

A história dessa nota insolente, atrevimento de resto inconstitucional, ainda não terminou. Primeiro, porque ainda não está esclarecido quem a redigiu, quem a despachou e quem autorizou toda a lambança. A depender dos esclarecimentos, teria de haver a demissão do comandante do Exército ou, se tudo foi obra de um general subordinado, em prisão por motivo disciplinar e banimento da lista de promoções.

Segundo, porque há militares capazes de redigir tais desplantes. Pior ainda, diz-se que o general relações-públicas que teria soltado a nota é inimputável, pois o texto é apenas a resposta padrão do Exército a perguntas sobre a repressão.

Rememore-se o teor da nota: a ditadura militar foi necessária e contribuiu para o progresso do país, assim como assassinios e violência covarde contra gente detida e desarmada, quando não inocente até pelos critérios dos decretos militares; como tais crimes não são mais necessários, os porões do mal foram desmontados.

Subtexto gritante: quando o Exército decidir que é indispensável rasgar a Constituição e triturá-la em matadouros, o fará sem mais.

Os militares que redigem e toleram essas coisas têm orgulho ou não se pejam de reafirmar um período desonroso de lama e anarquia nas Forças Armadas. Devem ser afastados, suas carreiras devem ser barradas. Os jovens devem ser formados no espírito da Constituição e as escolas militares devem ter seus currículos revistos e controlados pelos representantes do Estado democrático